

RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAL 2007 1º SEMESTRE

Toyota Caetano Portugal, S.A.

INDICADORES FINANCEIROS NÃO CONSOLIDADOS

(Euros)

| | JUN '07 | JUN '06 | JUN '05 |
|-------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| Volume de negócios | 224.307.763 | 189.938.776 | 193.909.944 |
| Cash-flow bruto | 11.453.603 | 7.374.070 | 10.632.388 |
| Resultado líquido | 6.249.865 | 3.402.655 | 5.026.265 |
| Encargos financeiros líquidos | 1.294.003 | 2.086.954 | 1.075.539 |
| Custos com o pessoal | 9.443.512 | 11.374.257 | 11.379.190 |
| Investimento líquido | -15.731.063 | 3.636.360 | 1.594.950 |
| Fundo de maneo bruto | 38.606.114 | 8.485.485 | 37.423.793 |
| Vab | 27.755.851 | 24.536.852 | 26.418.560 |
| Unidades vendidas | 12.531 | 10.924 | 10.719 |
| Volume de emprego | 688 | 815 | 820 |

RELATÓRIO

INTRODUÇÃO

Neste pequeno intróito, não poderíamos inicialmente deixar de mencionar que este semestre de 2007 se revelou como o primeiro, após a reestruturação levada a cabo no final de 2006 e que resultou na concentração da nossa Empresa em exclusivo nas actividades ligadas à marca Toyota e em consequência à alteração para a actual denominação social.

Como veremos em detalhe mais à frente, esta estratégia tem-se revelado altamente positiva não só em termos de resultados estritamente financeiros, mas também na notoriedade que a marca que representamos tem vindo a alcançar no universo do mercado automóvel nacional. Hoje mais que nunca julgamos poder afirmar que o objectivo TOP 5 já mencionado em relatórios anteriores, será uma realidade ainda antes de 2010.

O facto da Toyota ter sido neste semestre, a exemplo do que se tinha passado no exercício transacto, a marca com maior progressão em termos de quota de mercado só serve para reforçar a convicção atrás expandida.

Passemos então à análise em pormenor das actividades levadas a cabo neste 1º semestre de 2007.

ACTIVIDADE INDUSTRIAL

UNIDADE FABRIL DE OVAR

A actividade do 1º semestre de 2007 na Fábrica de Ovar pode ser caracterizada como positiva.

Neste semestre a produção Toyota na Fábrica de Ovar e a Exportação Dyna registaram crescimentos relativamente a igual período do ano transacto.

De referir no entanto que a exportação dos mini-autocarros Ótimo teve uma quebra relativamente ao ano anterior devido essencialmente as vendas no Reino Unido, que se prevê recuperável no 2º Semestre.

| PRODUÇÃO | 2007 (Jan-Jun) | 2006 | 2005 | 2004 | 2003 |
|----------------------------|----------------|-------|-------|-------|-------|
| Unidades Físicas Toyota | 2.522 | 3.831 | 3.920 | 3.050 | 2.395 |
| Unidades Físicas Ótimo | 79 | 132 | 148 | 134 | 133 |
| Unidades Homogeneizadas | 4.471 | 7.669 | 8.742 | 7.582 | 6.298 |
| Unidades Transformadas | 3.850 | 6.865 | 6.726 | 5.628 | 3.568 |
| Unid.Recondicio./Buy-Backs | 0 | 0 | 0 | 0 | 839 |
| Total Colaboradores | 378 | 325 | 321 | 325 | 336 |

| Evolução de vendas | (Jan-Jun) 2007 | (Jan-Jun) 2006 | Desvio absoluto | Desvio % |
|--------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|----------|
| Ótimo (Exportação) | 28 | 38 | -10 | -26,3% |
| Ótimo (Mercado Nacional) | 34 | 18 | 16 | 88,9% |
| Total Ótimo | 62 | 56 | 6 | 10,7% |
| Total Dyna (Exportação) | 1.241 | 816 | 425 | 52,1% |

De destacar os bons resultados alcançados na Auditoria da Toyota à montagem do modelo Dyna e na Auditoria da APCER, aos Sistemas de Gestão da Qualidade e do Ambiente.

Há ainda a referir os Prémios alcançados no âmbito da Gestão de Resíduos (Projecto PreResi-Menção Honrosa) e da Segurança (1º lugar no Prémio Henrique Salgado da Companhia Seguros Tranquilidade).

ACTIVIDADE COMERCIAL

VIATURAS

MERCADO TOTAL

| Mercado | 2007 | 2006 | Desvios 2007 vs 2006 | |
|----------------------------|---------|---------|----------------------|-------|
| | Jan-Jun | Jan-Jun | Qt. | % |
| Veic. Ligeiros Passageiros | 107.606 | 109.663 | -2.057 | -1,9% |
| Veic. Comerciais Ligeiros | 40.686 | 32.786 | 7.900 | 24,1% |
| Veic. Comerciais Pesados | 3.124 | 3.235 | -111 | -3,4% |
| Total | 151.416 | 145.684 | 5.732 | 3,9% |

Fonte: ACAP (Matrículas)

O Mercado automóvel no 1º Semestre de 2007 alcançou as 151.416 unidades, apresentando um crescimento face ao período homólogo (+3,9%).

Contudo no mercado Automóvel vivem-se realidades bastante diferentes, decorrentes das últimas alterações de cálculo do ISV – Imposto Sobre Veículos - (anteriormente designado por IA). No mercado de Veículos Ligeiros de Passageiros, as vendas de viaturas novas diminuíram cerca de 1,9%, em consequência da tendência de decréscimo já sentida desde o início do ano, apesar do acréscimo de 6,6% sentido no mês de Junho, resultante de alguma antecipação sentida antes da alteração do Imposto, como foi o caso de alguns modelos que se inserem na classe dos MPV's. No mercado de Veículos Comerciais Ligeiros, as vendas de viaturas novas sofreram um acentuado acréscimo (+24,1%), em resultado da antecipação de Vendas antes da alteração do ISV, agora mais penalizador para os Veículos Derivados de Passageiros, Pick-Up (4x4 Cabine Dupla e Extra) e Furgões (de 9 lugares). No entanto, o mercado continua a ser conduzido pelas fortes campanhas promocionais desencadeadas pelas mais diversas marcas, de forma a sustentar as suas vendas.

Estes valores do mercado automóvel são, em parte, reflexo da ténue situação económica que se vive no nosso país, que tarda a reiniciar o processo de convergência real em relação à área do Euro. O consumo privado tem vindo a desacelerar desde 2005 (o que leva a uma menor predisposição para aquisição de viaturas), contudo o seu crescimento tem sido superior ao do rendimento disponível real das famílias. Por outro lado, o consumo público tem sido limitado pelas medidas tomadas pela Administração Pública, com vista a correcção da situação de défice excessivo, fundamentais para assegurar um crescimento sustentado.

O preço do petróleo continua a evoluir para níveis historicamente elevados, assumindo-se como o principal entrave para o crescimento económico a nível mundial e especialmente penalizador para a economia portuguesa. Perspectiva-se que o preço do barril de brent continue a aumentar até ao final do ano.

Os indicadores económicos, divulgados no último Relatório do Banco de Portugal e referentes ao comportamento da economia Portuguesa, apontam para um crescimento do Produto Interno Bruto de 1,8% em 2007, acima do verificado em 2006, (+1,2%).

Perante estes resultados, Portugal irá desviar-se mais uma vez da convergência face à União Europeia, crescendo a taxas inferiores à média europeia pelo 6º ano consecutivo.

| Matrículas de Veículos | Jan-Jun'07 | Jan-Jun '06 | var. % |
|------------------------|------------|-------------|--------|
| EU25 | 9.559.524 | 9.520.866 | 0,4% |
| Portugal | 151.416 | 145.684 | 3,9% |

Fonte: ACEA

As matrículas acumuladas a Junho mostram que o mercado automóvel Português apresenta um crescimento superior ao Mercado Europeu Total (EU25). Esse crescimento, justificado pela forte antecipação de Vendas verificada no mês de Junho referida anteriormente, tenderá a ser gradualmente diluído até ao final do ano, prevendo-se que 2007 termine com uma variação de -0,4% face 2006.

TOYOTA

| Mercado | 2007 | 2006 | Variação 2007 vs 2006 | |
|----------------------------|---------|---------|-----------------------|-------|
| | Jan-Jun | Jan-Jun | Qt. | % |
| Veic. Ligeiros Passageiros | 6.243 | 6.241 | 2 | 0,0% |
| Veic. Comerciais Ligeiros | 3.527 | 1.985 | 1.542 | 77,7% |
| Veic. Comerciais Pesados | 168 | 151 | 17 | 11,3% |
| Total | 9.938 | 8.377 | 1.561 | 18,6% |

Fonte: ACAP (Matrículas)

A Toyota tem vindo a superar todas as expectativas e continua a crescer bem acima do mercado: de Janeiro a Junho cresceu 18,6% face ao período homólogo. A Toyota apresenta-se como a marca que mais cresceu, no conjunto das 10 marcas mais representativas do mercado.

Este comportamento deveu-se em grande medida ao acréscimo de vendas conferido pelos Veículos Comerciais Ligeiros (+77,7% vs 2006). A completa renovação da gama de veículos comerciais efectuado em Dezembro de 2006, contemplando a introdução de novas motorizações na Hilux (+146,8% vs 2006) e na Dyna (+12,4% vs 2006) e o lançamento da Nova Hiace (+49,8% vs 2006) foi o motor deste excelente desempenho. O efeito de antecipação de vendas verificada em Junho de 2007 e a disponibilidade da versão comercial da Nova Geração Yaris, não existente nos primeiros 5 meses do ano transacto, também contribuiu para o crescimento da marca nos VCL.

Relativamente aos Ligeiros de Passageiros, é importante referir que o 1º Semestre deste ano foi marcado pelo escoamento do antigo Corolla, que foi substituído, em Abril, pelo novo modelo AURIS na carroçaria Hatchback, e por uma Nova Geração Corolla na carroçaria Sedan, em Maio. Os primeiros meses de Vendas destes novos modelos mostraram-se bastante positivos, pois o Auris desde o seu lançamento acumula uma quota de mercado de cerca de 18,7% na carroçaria Hatchback, ao mesmo tempo que o Corolla SD acumula uma quota de mercado de cerca de 24,4% na carroçaria Sedan.

A restante gama de Veículos Passageiros apresenta-se também em bom plano, destacando-se o modelo Aygo (+26,2% vs 2006) com a bem sucedida campanha "Aygo Fantás" realizada em Fevereiro, o Toyota Prius, pioneiro na introdução da tecnologia híbrida, (+74,5% vs 2006) fruto da crescente consciência ambiental que, felizmente, se verifica no nosso país, e o Avensis (+50,7% vs 2006), com excelentes resultados, após a introdução de um novo motor 2.0D-4D (mais potente – 126 cavalos) e de um facelift a que foi sujeito em Julho de 2006.

LEXUS

O primeiro semestre de 2007 ficou caracterizado pelas boas performances das Gamas IS e GS. Dentro de cada uma das gamas há que destacar o comportamento do IS220d e do GS450h.

| | 2007 | 2006 |
|--------|-----------|-----------|
| Modelo | (Jan-Jun) | (Jan-Jun) |
| IS | 205 | 187 |
| GS | 18 | 12 |
| RX | 11 | 15 |
| LS | 0 | 0 |
| Total | 234 | 214 |

Para o 2º semestre de 2007, prevemos um incremento das vendas das viaturas Lexus devido a uma conjugação favorável de diversos factores como sejam a abertura de novas instalações em Lisboa e um decréscimo substancial dos preços dos modelos Híbridos. Esperamos terminar o presente exercício com uma taxa de crescimento de 30 a 40% face ao ano anterior.

MINI AUTOCARROS TOYOTA

| OPTIMO | 1º Sem'07 | 1º Sem'06 | Varição % |
|----------------|-----------|-----------|-----------|
| Miniautocarros | 34 | 18 | 88,9 |

O mercado cresceu 14% neste primeiro semestre. Por seu lado, o Ótimo obteve um número de vendas bastante superior a 2006, com um crescimento de 88,9%. Estes resultados são reflexos da recente legislação reguladora do transporte escolar e das acções de marketing e da agressividade comercial que desencadeamos nos últimos tempos. A quantidade de negócios em curso, levam-nos a estar confiantes nos resultados do 2º semestre que estarão em linha ou ligeiramente superiores aos actuais.

MÁQUINAS INDUSTRIAIS

| | Mercado | | | Vendas TOYOTA | | | | |
|-------------------------------|---------|--------|----------|---------------|------|-------------|------|----------|
| | 1º Sem | 1º Sem | Variação | 1º Sem 2007 | | 1º Sem 2006 | | Variação |
| | 2007 | 2006 | | Qt. | % | Qt. | % | |
| Empilhadores Contrabalançados | 733 | 672 | 9,1 | 180 | 24,6 | 140 | 20,8 | 28,6 |
| Equipamento de Armazém | 764 | 733 | 4,2 | 93 | 12,2 | 68 | 9,3 | 36,8 |
| Total | 1.497 | 1.405 | 6,5 | 273 | 18,2 | 208 | 14,8 | 31,3 |

Em termos de mercado total as vendas do equipamento de movimentação de cargas, no final do 1º semestre, registam um crescimento de 6,5%, muito pelo efeito das vendas do Equipamento Industrial Toyota que cresceram 31,3%, no mesmo período. Pensamos que as vendas Toyota no 2º semestre irão ter algum abrandamento mas, como neste período irá ser lançada a nova geração de empilhadores térmicos com a designação de "TONERO", prevemos com alguma segurança vir a atingir a fasquia das 500 unidades, as quais passarão a constituir novo recorde de vendas.

PEÇAS

VENDAS GLOBAIS

| Peças | Vendas 1ºSem 06 | Vendas 1ºSem 07 | Cresc. 07/06 % | € | Orçamento Gestão | % Execução Orçamental |
|-------|--------------------|--------------------|-------------------|-----------|---------------------|--------------------------|
| Total | 20.477.078 | 24.240.919 | 18,40% | 3.763.841 | 20.667.400 | 117,30% |

A Divisão de Após-venda facturou durante o 1º semestre do corrente ano 24,2 milhões de Euros. Este valor representa um crescimento de 18,4% relativamente ao período homólogo de 2006. Por outro lado, o orçamento previsto para o semestre foi ultrapassado em 17,3%.

Distribuição das vendas totais:

| Peças | Peso nas Vendas |
|-------------------|-----------------|
| Genuínas Toyota | 71,10% |
| Incorporação Nac. | 4,50% |
| Acessórios * | 23,10% |
| Merchandising * | 1,30% |

* Os Acessórios e "Merchandising" englobam material genuíno e nacional.

A venda de peças Genuínas Toyota representa a maior fatia das vendas globais, sendo responsável por 71,1% das mesmas. Ainda assim, verifica-se uma diminuição da representatividade destas peças, que em período homólogo do ano transacto era de 75,5%. Tal não se deve a um decréscimo da sua performance, comprovado pelo crescimento da facturação, mas antes ao significativo aumento da venda de Acessórios. Estes passaram de uma quota de 18,9% em Junho de 2006, para 23,1% em Junho de 2007. Por seu lado, o peso da venda de peças de Incorporação Nacional regista um decréscimo de 0,2 p.p. (passa de 4,7% para 4,5% em 2007). Contrariamente o merchandising regista um crescimento de 0,3 p.p. (passando de uma quota de 1,0% em Junho de 2006 para 1,3% em Junho 2007). A venda de peças ao nosso principal cliente, a rede de Concessionários/RTAs, totalizou neste 1º semestre 19,1 milhões de Euros, correspondendo a 78,8% da nossa facturação global. As vendas a este cliente superaram o valor do 1º semestre de 2006 em 15,4%. Por seu lado, o orçamento de gestão foi ultrapassado em 9,8 p.p.

Notas Finais:

O primeiro semestre de 2007 apresentou resultados positivos, tanto no que diz respeito às vendas como ao cumprimento dos orçamentos previstos.

O forte dinamismo incutido nas actividades desenvolvidas, permitiu alcançar os valores apresentados, contrariando assim as dificuldades que seriam previsíveis face ao contexto em que estamos inseridos.

Pretendemos continuar a performance deste primeiro semestre, através dos diversos programas promocionais, “refrescando” e impulsionando a sua actuação nas seguintes áreas:

- Actividade de balcão através da manutenção do Programa de Vendas Itinerantes e das suas diversas campanhas realizadas ao longo do ano (direccionadas para clientes profissionais).
- Actividade oficial da Rede Toyota, tendo sempre como objectivo último a melhoria dos níveis de Retenção de Clientes. Alguns exemplos de actividades desenvolvidas são:
- Manutenção/Implementação de Campanhas de Retenção de Clientes, visando incrementar os níveis de fidelização dos proprietários de viaturas à Rede Oficial Toyota;
- Manutenção do Programa “Challenge Após-Venda” que se tem revelado uma boa ferramenta impulsionadora de venda de peças, acessórios e serviço e que reiniciou no presente mês de Julho 2007.
- Desenvolvimento e aplicação contínua de medidas que contribuem para melhorar o Grau de Satisfação dos Clientes Toyota;
- Serviço de Pneus Toyota;
- Smart Repair;
- Dinamização de novas oportunidades de negócio: Aditivos de Combustível; Alarmes; Sistemas Bluetooth Parrots; Sistemas de Navegação Tom Tom; Sprays de AC

Com estas e outras medidas, julgamos estar no caminho certo para a fidelização dos clientes Toyota à nossa Rede de Concessionário / RTA.

RECURSOS HUMANOS

O Capital Humano é desde sempre um foco importante da Gestão da Empresa e do Grupo.

No 1.º Semestre de 2007, mantivemos o empenho na qualificação dos Colaboradores: investimento na Formação Profissional e grande envolvimento no Programa Novas Oportunidades, procurando apoiar e incentivar todos os Colaboradores que não possuem o 12.º ano de escolaridade a aderirem a este Programa.

A preocupação e investimento continuado com o bem-estar dos Colaboradores, nomeadamente, na Área da Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho, foi reconhecido pela Agência Europeia para a Segurança e Saúde no Trabalho, atribuindo-nos o prémio de Boas Práticas pela forma como acolhemos e integramos de forma segura, especificamente os trabalhadores mais jovens.

ACTIVIDADE FINANCEIRA

Tratar da área financeira no Relatório deste período está intrinsecamente ligado a falar dos impactos da reestruturação levada a cabo no final do exercício passado. Obviamente que a alienação do conjunto de participações que representavam actividades consideradas Não-Toyota e o consequente encaixe financeiro, permitiram à Empresa a redução do seu endividamento global, tanto mais importante quanto o facto de atravessarmos um período de constante subida das taxas de juro, e que teve como resultado directo a redução dos custos financeiros suportados.

Por outro lado e conforme foi oportunamente anunciado, a reestruturação efectuada permitiu à empresa concentrar-se exclusivamente no “negócio” Toyota, e de tal forma o fez, que no período em análise foram comercializadas no mercado nacional 9.728 unidades ou seja +13,3% do que no período homólogo do ano anterior.

Por sua vez o projecto de exportação do modelo Dyna continua a sua consolidação, sendo responsável até ao momento pela comercialização de 1.227 unidades (contra as 777 unidades de igual período do ano anterior) e por um volume de negócios de 15,6 milhões de Euros. Pelo atrás exposto se percebe a evolução do volume de negócios total, o qual ao atingir os 224,3 milhões de Euros excedeu em mais de 18% o número alcançado em 2006.

Se portanto a Empresa pôde num ambiente de mercado menos favorável, crescer nas actividades desenvolvidas e, simultaneamente reduzir os seus custos financeiros, controlando ao mesmo tempo o peso da sua estrutura de custos operacionais, fácil será entender o crescimento obtido nos resultados líquidos do período, os quais ultrapassam os 6,2 milhões de Euros, e representam um “salto” de mais de 83% face ao período homólogo do ano anterior.

Correcto será no entanto referir que estes resultados incorporam em si os impactos de alguma antecipação de compra sentida especialmente no mês de Junho por força das alterações à fiscalidade automóvel que se fizeram sentir a partir de Julho deste exercício.

Julgamos ainda importante realçar o facto de a Empresa manter um grau de autonomia financeira acima dos 40%, como resultado de um tempo médio de rotação de stocks estabilizado, bem assim como a manutenção dos prazos médios de cobrança e pagamento.

Neste semestre e no que respeita às reintegrações do activo imobilizado, elas atingiram os 3.589.314 Euros correspondentes à aplicação das taxas máximas fiscais aceites.

Por fim, gostaríamos de informar que das dívidas contidas na rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, não existe nenhuma verba em situação de mora.

PERSPECTIVAS

Tendo em atenção alguma sazonalidade que sempre se verifica nas actividades ligadas ao sector automóvel, normalmente penalizando os 2.ºs semestres de cada exercício, e atendendo ainda ao forte impacto que a alteração da fiscalidade automóvel teve, nomeadamente através da antecipação de compra verificada em Junho último, é de prever que os próximos seis meses reflectam alguma desaceleração na procura com consequências inevitáveis ao nível dos resultados apurados. É no entanto nossa convicção que a Toyota atingirá neste exercício a comercialização de mais de 18.500 unidades a que deverá corresponder uma quota de mercado a rondar os 7%. Como consequência natural destes níveis de actividade e apesar dos esforços promocionais previstos, julgamos que 2007 nos trará resultados globais historicamente relevantes com um incremento face a 2006 superior a 25%.

Por último cumpre-nos informar que desde o final do semestre em apreço até ao presente momento não ocorreu qualquer facto relevante que mereça ser mencionado e que possa pôr em causa os resultados e perspectivas agora divulgados.

Vila Nova de Gaia, 10 de Setembro de 2007

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano

ANEXO AO RELATÓRIO

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E REVISOR OFICIAL CONTAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

SALVADOR FERNANDES CAETANO – Não tem movimentos, pelo que, em 30 de Junho de 2007, detinha 1.167.465 acções, com o valor nominal de um euro cada uma. Detém, conjuntamente com o cônjuge, Ana Pereira Martins Caetano, 62,50% do Capital Social do GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S. A., anteriormente denominada FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A., e 70% do Capital Social da CAETANO, SGPS, S.A., o que com esta Sociedade, directa ou indirectamente, detém 84,72% do Capital Social da COCIGA – Construções Civas de Gaia, S.A., o que lhe garante directa e indirectamente 22.167.755 acções, a que corresponde 63,34% do capital social e dos direitos de voto nesta empresa.

ENGº JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS: Não tem movimentos, pelo que em 30 de Junho de 2007, detinha 86.000 acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

TETSUO AGATA - Não tem acções nem obrigações.

ALAIN UYTENHOVEN- Não tem acções nem obrigações.

DRª MARIA ANGELINA MARTINS CAETANO RAMOS - Não tem acções nem obrigações. O cônjuge, não teve movimentos, pelo que, em 31 de Dezembro de 2006, detinha 86.000 acções, com o valor nominal de um euro cada uma.

ENGº SALVADOR ACÁCIO MARTINS CAETANO - Não tem acções nem obrigações.

DRª ANA MARIA MARTINS CAETANO - Não tem acções nem obrigações.

HIROOKI FUJIWARA - Não tem acções nem obrigações.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos - cônjuge do Engº José Reis da Silva Ramos - Vice-Presidente do Conselho de Administração, Engº Salvador Acácio Martins Caetano, e Drª Ana Maria Martins Caetano, vogais do Conselho de Administração, do GRUPO SALVADOR CAETANO, SGPS, S.A., anteriormente denominada FOGECA – Gestão e Controle, SGPS, S.A., esta Sociedade, não teve movimentos, pelo que, em 30 de Junho de 2007, detinha 21.000.000 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, e Engº José Reis da Silva Ramos - cônjuge da Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos, Administrador, da FUNDAÇÃO SALVADOR CAETANO, esta Sociedade, não teve movimentos, pelo que, em 30 de Junho de 2007, detinha 670.006 acções, com o valor nominal de um euro cada.

Salvador Fernandes Caetano, Presidente do Conselho de Administração, Drª Maria Angelina Martins Caetano Ramos - cônjuge do Engº José Reis da Silva Ramos, vogal do Conselho de Administração da COCIGA - Construções Civas de Gaia, S.A. esta Sociedade não tem movimentos, pelo que, em 30 de Junho de 2007, detinha 290 acções, com o valor de um euro cada.

REVISOR OFICIAL DE CONTAS: DELOITTE & ASSOCIADOS, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. representado pelo Sr. Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves - Não tem acções nem obrigações.

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL DA TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. (NOS TERMOS DO ARTIGO 447º DO C.S.C.)

| ACCIONISTAS | Acções Detidas em 31.12.06 | Acções Adquiridas em 2007 | Acções Vendidas em 2007 | Acções Detidas em 30.06.07 |
|---|----------------------------|---------------------------|-------------------------|----------------------------|
| SALVADOR FERNANDES CAETANO (Presidente) | 1.167.465 | -- | -- | 1.167.465 |
| ENGº JOSÉ REIS DA SILVA RAMOS (Vice-presidente) | 86.000 | -- | -- | 86.000 |
| TETSUO AGATA (Vogal) | -- | -- | -- | -- |
| ALAIN UYTENHOVEN (Vogal) | -- | -- | -- | -- |
| DRª MARIA ANGELINA M. CAETANO RAMOS (Vogal) | -- | -- | -- | -- |
| ENGº SALVADOR ACACIO MARTINS CAETANO (Vogal) | -- | -- | -- | -- |
| DRª ANA MARIA MARTINS CAETANO (Vogal) | -- | -- | -- | -- |
| HIROOKI FUJIWARA (Administrador - Suplente) | -- | -- | -- | -- |

INFORMAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE ACCIONISTAS TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S.A. (NOS TERMOS DO ARTIGO 448º DO C.S.C.)

PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A UM DÉCIMO DO CAPITAL

| Accionistas | Acções detidas em 31.12.06 | Acções adquiridas em 2007 | Acções vendidas em 2007 | Acções detidas em 30.06.07 |
|---------------------------|----------------------------|---------------------------|-------------------------|----------------------------|
| Toyota Motor Europe NV/SA | -- | 9.450.000 | -- | 9.450.000 |

PARTICIPAÇÕES SUPERIORES A METADE DO CAPITAL

| Accionistas | Acções detidas em 31.12.06 | Acções adquiridas em 2007 | Acções vendidas em 2007 | Acções detidas em 30.06.07 |
|----------------------------------|----------------------------|---------------------------|-------------------------|----------------------------|
| Grupo Salvador Caetano, SGPS, SA | 21.000.000 | -- | -- | 21.000.000 |

LISTA DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS SUPERIORES A 2% DO CAPITAL SOCIAL

| ACCIONISTA | Acções | % dos direitos de voto |
|---|------------|------------------------|
| Grupo Salvador Caetano - SGPS, SA | 21.000.000 | 60,000 |
| Toyota Motor Europe NV/SA | 9.450.000 | 27,000 |
| Salvador Fernandes Caetano | 1.167.465 | 3,336 |
| Millennium BCP - Gestão de Fundos de Investimentos, SA, em representação dos fundos mobiliários por si geridos, como segue: | | |
| Millennium Acções Portugal | 705.782 | 2,020 |
| Millennium PPA | 644.510 | 1,840 |
| Millennium Poupança PPR | 63.301 | 0,180 |
| Millennium Investimento PPR | 21.523 | 0,060 |
| Millennium Aforro PPR | 5.895 | 0,020 |

BALANÇO

| Activo | Notas | Activo bruto | Amortizações ajustamentos | Activo líquido Jun'07 | Activo líquido Jun'06 |
|--|---------|--------------|------------------------------|-----------------------|-----------------------|
| Imobilizado | | | | | |
| Imobilizações incorpóreas | | | | | |
| Despesas de instalação | | 1.270.346 | 1.269.749 | 597 | 15.782 |
| Despesas investigação e desenvolvimento | 8 | 2.252.949 | 2.087.197 | 165.752 | 255.642 |
| Trespases | | 983.568 | 983.568 | 0 | 0 |
| | 10 | 4.506.863 | 4.340.514 | 166.349 | 271.424 |
| Imobilizações corpóreas | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | | 12.234.483 | | 12.234.483 | 13.734.183 |
| Edifícios e outras construções | | 62.683.819 | 44.765.884 | 17.917.935 | 20.286.443 |
| Equipamento básico | | 36.073.603 | 29.808.154 | 6.265.449 | 12.863.021 |
| Equipamento de transporte | | 16.171.476 | 7.575.662 | 8.595.814 | 5.956.376 |
| Ferramentas e utensílios | | 8.845.716 | 8.424.114 | 421.602 | 319.518 |
| Equipamento administrativo | | 6.496.852 | 6.140.853 | 355.999 | 349.136 |
| Outras imobilizações corpóreas | | 2.652.200 | 2.261.393 | 390.807 | 849.885 |
| Imobilizações em curso | | 1.887.747 | | 1.887.747 | 1.746.486 |
| | 10 e 13 | 147.045.896 | 98.976.060 | 48.069.836 | 56.105.048 |
| Investimentos financeiros | | | | | |
| Partes capital empresas grupo | 16 | 39.219.921 | 21.613.709 | 17.606.212 | 18.331.195 |
| Títulos e outras aplicações financeiras | 48 | 5.896.410 | 1.496 | 5.894.914 | 5.975.929 |
| Empréstimos a empresas do grupo | 16 | 6.044.591 | 169.591 | 5.875.000 | 21.525.000 |
| | 10 e 21 | 51.160.922 | 21.784.796 | 29.376.126 | 45.832.124 |
| Circulante | | | | | |
| Existências | | | | | |
| Matérias-primas, subs. e de consumo | 41 | 13.792.396 | | 13.792.396 | 8.910.056 |
| Produtos e trabalhos em curso | 42 | 7.008.296 | | 7.008.296 | 7.545.181 |
| Produtos acabados e intermédios | 42 | 3.928.724 | | 3.928.724 | 5.825.281 |
| Mercadorias | 21 e 41 | 53.884.130 | 1.200.000 | 52.684.130 | 43.508.345 |
| | | 78.613.546 | 1.200.000 | 77.413.546 | 65.788.863 |
| Dividas de terceiros - médio e longo prazo | | | | | |
| Clientes c/c | 16 | 3.622.515 | | 3.622.515 | 3.622.515 |
| Dividas de terceiros - curto prazo | | | | | |
| Clientes c/c | 16 | 95.686.913 | | 95.686.913 | 91.330.853 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 21 e 23 | 5.714.507 | 4.625.198 | 1.089.309 | 545.201 |
| Adiantamentos a fornecedores | | 1.096.429 | | 1.096.429 | 31.842 |
| | | 102.497.849 | 4.625.198 | 97.872.651 | 91.907.896 |
| Depósitos bancários e caixa | | | | | |
| Depósitos bancários | | 4.578.170 | | 4.578.170 | 4.399.391 |
| Caixa | | 109.929 | | 109.929 | 117.641 |
| | | 4.688.099 | | 4.688.099 | 4.517.032 |
| Acréscimos e diferimentos | | | | | |
| Acréscimos de proveitos | 51 | 59.654 | | 59.654 | 50.476 |
| Custos diferidos | 51 | 2.328.124 | | 2.328.124 | 2.107.686 |
| | | 2.387.778 | | 2.387.778 | 2.158.162 |
| Total de amortizações | | | 103.316.574 | | |
| Total de ajustamentos | | | 27.609.994 | | |
| Total activo | | 394.523.468 | 130.926.568 | 263.596.900 | 270.203.064 |

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim.

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis Da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano.

BALANÇO

| Capital próprio e passivo | Notas | Capital próprio e passivo Jun'07 | Capital próprio e passivo Jun'06 |
|---|-------------|----------------------------------|----------------------------------|
| Capital próprio | | | |
| Capital | 36, 37 e 40 | 35.000.000 | 35.000.000 |
| Ajustamentos de partes de capital em assoc. | 40 | -22.215.200 | -21.409.201 |
| Reservas de reavaliação | 40 | 6.195.184 | 6.187.306 |
| Reservas | | | |
| Reservas legais | 40 | 6.958.903 | 6.568.803 |
| Outras reservas | 40 | 74.081.330 | 73.869.649 |
| Resultados transitados | 40 | | |
| Resultado líquido do período | 40 | 6.249.865 | 3.402.655 |
| Total do capital próprio | | 106.270.082 | 103.619.212 |
| Passivo | | | |
| Provisão para riscos e encargos | | | |
| Outras provisões para riscos e encargos | 34 | 4.463.043 | 4.553.044 |
| Dividas a terceiros - médio e longo prazo | | | |
| Empréstimos por obrigações | | | |
| Não convertíveis | | | |
| Dividas a instituições de crédito | | | |
| Empresas do grupo | 16 | 3.282.617 | |
| | | 3.282.617 | |
| Dividas a terceiros - curto prazo | | | |
| Empréstimos por obrigações | | | |
| Não convertíveis | | | |
| | | | 3.750.000 |
| Dividas a instituições de crédito | 50 | 72.155.940 | 89.313.234 |
| Fornecedores c/c | 16 | 44.938.585 | 39.634.972 |
| Outros accionistas | | 24.123 | 20.670 |
| Adiantamentos de clientes | | 48.188 | 49.304 |
| Estado e outros entes públicos | 49 | 18.814.646 | 16.247.090 |
| Outros credores | | 274.082 | 146.770 |
| | | 136.255.564 | 149.162.040 |
| Acréscimos e diferimentos | | | |
| Acréscimos de custos | 51 | 11.707.930 | 12.180.375 |
| Proveitos diferidos | 51 | 1.617.664 | 688.393 |
| | | 13.325.594 | 12.868.768 |
| Total do passivo | | 157.326.818 | 166.583.852 |
| Total do capital próprio e do passivo | | 263.596.900 | 270.203.064 |

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim.

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis Da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

| Custos e perdas | Notas | Jun'07 | | Jun'06 | |
|--|-------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | | | | | |
| Mercadorias | | 144.945.955 | | 122.526.982 | |
| Matérias | 41 | 35.533.432 | 180.479.387 | 31.303.768 | 153.830.750 |
| Fornecimentos e serviços externos | | | 25.727.181 | | 24.526.799 |
| Custos com o pessoal | | | | | |
| Remunerações | | 6.054.714 | | 6.791.614 | |
| Encargos sociais | | | | | |
| Pensões | 31 | 264.958 | | 295.611 | |
| Outros | | 3.123.840 | 9.443.512 | 4.287.032 | 11.374.257 |
| Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo | 10 | 3.589.314 | | 3.886.832 | |
| Provisões | | | 3.589.314 | | 3.886.832 |
| Impostos | | 363.989 | | 372.957 | |
| Outros custos e perdas operacionais | | 6.202.810 | 6.566.799 | 4.429.805 | 4.802.762 |
| | (a) | | 225.806.193 | | 198.421.400 |
| Juros e custos similares | | | | | |
| Amortizações e provisões de investimentos financeiros | | | | | |
| Outros | 45 | 2.028.315 | 2.028.315 | 2.674.430 | 2.674.430 |
| | (c) | | 227.834.508 | | 201.095.830 |
| Custos e perdas extraordinárias | 46 | | 205.023 | | 552.698 |
| | (e) | | 228.039.531 | | 201.648.528 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 6 | | 2.101.280 | | 1.164.867 |
| | (g) | | 230.140.811 | | 202.813.395 |
| Resultado líquido do período | | | 6.249.865 | | 3.402.655 |
| | | | 236.390.676 | | 206.216.050 |
| | | | | | |
| Proveitos e ganhos | Notas | Jun'07 | | Jun'06 | |
| Vendas | | | | | |
| Mercadorias | | 177.703.753 | | 146.762.680 | |
| Produtos | | 42.932.832 | | 33.526.440 | |
| Prestações de serviços | 44 | 3.671.178 | 224.307.763 | 9.649.656 | 189.938.776 |
| Variação da produção | 42 | | 637.509 | | 3.880.471 |
| Trabalhos para a própria empresa | | | | | |
| Subsídios a exploração | | 471.203 | | 725.521 | |
| Proveitos suplementares | | 9.290.212 | | 9.362.938 | |
| Reversões de amortizações e ajustamentos | 21 | | 9.761.415 | 525.999 | 10.614.458 |
| | (b) | | 234.706.687 | | 204.433.705 |
| Rendimentos de participações de capital | | 361.914 | | 394.099 | |
| Outros juros e proveitos similares | | | | | |
| Outros | 45 | 372.398 | 734.312 | 193.377 | 587.476 |
| | (d) | | 235.440.999 | | 205.021.181 |
| Proveitos e ganhos extraordinários | 46 | | 949.677 | | 1.194.869 |
| | (f) | | 236.390.676 | | 206.216.050 |
| Resumo: | | | | | |
| Resultados operacionais (b)-(a) = | | | 8.900.494 | | 6.012.305 |
| Resultados financeiros (d-b)-(c-a) = | | | -1.294.003 | | -2.086.954 |
| Resultados correntes (d)-(c) = | | | 7.606.491 | | 3.925.351 |
| Resultados antes de impostos (f)-(e) = | | | 8.351.145 | | 4.567.522 |
| Resultado líquido do período (f)-(g) = | | | 6.249.865 | | 3.402.655 |

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim.

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis Da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Toyota Caetano" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia, e que tem como actividades a importação, montagem e comercialização de veículos ligeiros e pesados; a importação e comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas e respectiva assistência após-venda. As suas acções estão cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa.

A Toyota Caetano encabeça um Grupo cujas empresas, essencialmente dedicadas ao ramo automóvel, estão descritas na Nota 16, juntamente com outra informação financeira.

Por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Novembro de 2006 e na sequência da proposta do Conselho de Administração de 13 de Outubro de 2006 foi decidido alienar em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios não Toyota detidos directa e indirectamente pela Empresa como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais (ver comunicado ao Mercado de 20 de Novembro de 2006).

Decorrente do processo de reestruturação comunicado ao Mercado através de uma Comunicação de Facto Relevante no dia 13 de Outubro de 2006, nos termos do disposto no art. 248 do Código dos Valores Mobiliários, foram por esta Empresa alienadas directamente ou através de Empresas suas participadas as seguintes participações/activos:

| PARTICIPAÇÕES | EMPRESA ADQUIRENTE | VALOR |
|--|---|-----------|
| directa de Toyota Caetano Portugal SA | | |
| Transcom, SARL | Grupo Salvador Caetano (SGPS), SA. | 1 |
| Salvador Caetano (Moçambique), SARL | Grupo Salvador Caetano (SGPS), SA. | 1 |
| directa de Saltano (SGPS) SA | | |
| Salvador Caetano España, SA | Grupo Salvador Caetano (SGPS), SA. | 1.006.000 |
| Caetanobus-Fabricação Carroçarias, SA | Grupo Salvador Caetano (SGPS), SA. | 4.880.000 |
| Portianga-Comércio Internacional e Participações, SA | Grupo Salvador Caetano (SGPS), SA. | 6.710.000 |
| Contrac GMBH | Grupo Salvador Caetano (SGPS), SA. | 1.233.000 |
| Global S (SGPS), SA | Grupo Salvador Caetano (SGPS), SA. | 1 |
| directa de Cabo Verde Motors, SARL | | |
| Indicabo-Veículos Automóveis, Lda | Grupo Salvador Caetano (SGPS), SA. | 1 |
| Forcabo-Veículos Automóveis, Lda | Grupo Salvador Caetano (SGPS), SA. | 712.000 |
| directa de Salvador Caetano-(UK), Ltd | | |
| Reliant Coaches Ltd | Grupo Salvador Caetano (SGPS), SA. | 1 |
| SC Coachbuilders Ltd | Grupo Salvador Caetano (SGPS), SA. | 3.106.000 |
| ACTIVOS | EMPRESA ADQUIRENTE | VALOR |
| Divisão Fabril Carregado | Caetano Coatings-Revestimentos Auto e Industriais, SA | 8.850.000 |

Dando cumprimento ao disposto na legislação aplicável, a Toyota Caetano irá elaborar e apresentar em separado demonstrações financeiras consolidadas em 30 de Junho de 2007, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) adoptadas pela União Europeia.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC) e aquelas que não estão incluídas neste anexo ou não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras anexas.

Os valores mencionados no presente anexo encontram-se expressos em Euros.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas de acordo com o princípio da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Toyota Caetano, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas As imobilizações incorpóreas, constituídas por despesas de expansão, trespasses e despesas de investigação e desenvolvimento, estas últimas, constituídas principalmente por despesas com o desenvolvimento tecnológico e com estudos e concepção de protótipos, são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três anos.

b) Imobilizações corpóreas As imobilizações corpóreas adquiridas até 31 de Dezembro de 1997 encontram-se registadas ao custo de aquisição podendo encontrar-se reavaliadas de acordo com as disposições legais (Nota 12). As imobilizações corpóreas adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

| | Anos |
|----------------------------------|-------|
| - Edifícios e outras construções | 20-50 |
| - Equipamento básico | 7-16 |
| - Equipamento de transporte | 4-5 |
| - Ferramentas e utensílios | 4-14 |
| - Equipamento administrativo | 3-14 |
| - Taras e vasilhame | 5-11 |
| - Outras imobilizações corpóreas | 4-8 |

Como resultado das reavaliações efectuadas, as reintegrações do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 foram aumentadas. Uma parte (40%) deste montante não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC). Adicional-

mente, 40% das amortizações de exercícios futuros relativamente ao efeito das reavaliações de imobilizações corpóreas ainda não amortizadas não serão igualmente aceites para efeitos de determinação da matéria colectável de IRC.

c) Locação financeira Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, consequentemente, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado de acordo com a vida útil dos bens.

d) Investimentos financeiros Os investimentos financeiros em empresas do Grupo Toyota Caetano detidas a mais de 20%, conforme constam da Nota 16, encontram-se registados ao custo de aquisição, estando constituída uma provisão associada aos investimentos com risco, a qual foi registada por contrapartida da rubrica de Capital Próprio “Ajustamentos de Partes de Capital em Associadas”, em conformidade com o POC. A Empresa regista os dividendos atribuídos pelas empresas em que participa na demonstração de resultados do exercício em que os dividendos são recebidos (Nota 45).

e) Existências As mercadorias e as matérias primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado. Encontra-se também constituída uma provisão para depreciação de existências tendo em vista a cobertura de eventuais desvalorizações a ocorrer nos stocks de viaturas usadas. Os produtos acabados e intermédios e os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, os gastos gerais de fabrico e os serviços executados no exterior.

f) Provisões Esta rubrica inclui o remanescente da provisão constituída em exercícios anteriores nos termos do “ex - Código da Contribuição Industrial” e é mantida para fazer face a riscos marginais de cobranças duvidosas próprias, depreciação de existências ou outros de natureza diversa. Para além desta encontra-se constituída uma Provisão para Outros Riscos e Encargos tendo por objectivo fazer face ao eventual risco de incobrabilidade de contas correntes em empresas participadas, bem como a cobertura de contingências fiscais.

g) Subsídios Os subsídios recebidos a fundo perdido para financiamento de imobilizações corpóreas e incorpóreas são registados, na rubrica de Proveitos Diferidos, quando recebidos, e reconhecidos na demonstração de resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas. Os subsídios à exploração são registados como proveitos operacionais nos exercícios em que são recebidos.

h) Especialização de exercícios A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas “Acréscimos e Diferimentos” (Nota 51).

i) Indemnizações ao pessoal A Empresa tem como política registar como um custo operacional do exercício os encargos com rescisões de contratos de trabalho no momento em que os mesmos são acordados.

j) Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbios vigentes nas datas dos balanços publicadas pelo Banco de Portugal. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício.

k) Impostos diferidos Em conformidade com a Directriz Contabilística nº 28/01, a Empresa reconhece nas demonstrações financeiras nas rubricas “Acréscimos e Diferimentos” os activos e passivos por impostos diferidos relacionados com as diferenças temporárias entre o reconhecimento de receitas e despesas para fins contabilísticos e de tributação (Notas 6 e 51).

6. IMPOSTOS SOBRE LUCROS

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2003 a 2006 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

Face às decisões favoráveis obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995 e 1996 continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescido dos respectivos juros compensatórios.

Simultaneamente, em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicionais em sede de IRC, ainda que pagas, no valor de Euros 1.769.511, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações.

Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 2001 e 2002 recebeu-se no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, coimas no montante de Euros 90.000, para as quais tinha sido constituída nos exercícios anteriores uma provisão (Notas 34 e 46).

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados no primeiro semestre de 2007, pode ser resumido como segue Débitos/(Créditos):

| | Saldo em 30 de Junho de 2007 | | |
|---|--------------------------------------|---------------------------------------|--------------------------|
| | Imposto diferido activo (Nota 51) | Imposto diferido passivo (Nota 51) | Reflectido em resultados |
| Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais | 1.132.571 | | |
| 40% das amortizações resultantes das reavaliações legais efectuadas | | (190.622) | (18.127) |
| Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações | | (617.982) | (79.994) |
| Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente | | (281.609) | (19.550) |
| Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº 7 Lei 30/G 2000 | | (51.951) | (3.056) |
| | 1.132.571 | (1.142.164) | (120.727) |

Adicionalmente, a rubrica da demonstração de resultados “Impostos sobre o rendimento” foi determinada como segue:

| | |
|---|-----------|
| Imposto sobre o rendimento do primeiro semestre de 2007 (Nota 49) | 2.222.007 |
| Impostos diferidos líquidos do primeiro semestre de 2007 | -120.727 |
| | 2.101.280 |

7. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL AO SERVIÇO DA SALVADOR CAETANO

Durante os primeiros seis meses de 2007 e 2006 o número médio de pessoal foi o seguinte:

| Rubrica | Jun'07 | Jun'06 |
|---------------------------|--------|--------|
| Empregados | 479 | 522 |
| Pessoal afecto à Produção | 211 | 302 |
| | 690 | 824 |

A diminuição no número médio de pessoal ao serviço da Empresa deve-se essencialmente à transferência do pessoal da actividade de tratamento de superfície para a empresa Caetano Coatings – Revestimentos Auto e Industriais, S.A. (Nota Introdutória).

8. DESPESAS DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em 30 de Junho de 2007 o detalhe destas rubricas é como segue:

| | |
|---|-------------|
| Despesas de investigação e desenvolvimento: | |
| - Estudos e protótipos de novo modelo do mini-autocarro Ótimo | 546.731 |
| - Estudo de novo modelo Dyna | 1.411.986 |
| - Estudos ambientais e licenciamentos | 116.885 |
| - Acompanhamento da candidatura ao SIME | 20.410 |
| - Participação em Certames Internacionais | 156.937 |
| - Amortizações acumuladas | (2.087.197) |
| Total | 165.752 |

10. MOVIMENTO DO ACTIVO IMOBILIZADO

Durante o primeiro semestre de 2007, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e nos investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e ajustamentos, foi o seguinte:

| Activo Bruto | Saldos iniciais | Aumentos | Alienações | Transfer. e abates | Saldos finais |
|--|-----------------|-----------|------------|--------------------|---------------|
| Imobilizações incorpóreas | | | | | |
| Despesas de Instalação | 1.295.346 | | 25.000 | | 1.270.346 |
| Despesas de Investigação e Desenvolvimento | 2.218.271 | 34.678 | | | 2.252.949 |
| Trespases | 983.568 | | | | 983.568 |
| | 4.228.854 | 34.678 | 25.000 | - | 4.506.863 |
| Imobilizações corpóreas | | | | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | 12.234.483 | | | | 12.234.483 |
| Edifícios e Outras Construções | 62.684.903 | 22.360 | 23.444 | | 62.683.819 |
| Equipamento Básico | 46.364.091 | 576.810 | 10.867.298 | | 36.073.603 |
| Equipamento de Transporte | 13.787.972 | 5.040.821 | 2.657.317 | | 16.171.476 |
| Ferramentas e Utensílios | 8.775.212 | 296.976 | 226.472 | | 8.845.716 |
| Equipamento Administrativo | 6.513.536 | 93.155 | 109.839 | | 6.496.852 |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 3.295.035 | 8.739 | 651.574 | | 2.652.200 |
| Imobilizações em Curso | 1.641.106 | 246.641 | | | 1.887.747 |
| | 151.303.160 | 6.285.502 | 14.535.944 | | 147.045.896 |
| Investimentos financeiros | | | | | |
| Partes de Capital em Empresas do Grupo | 39.944.904 | | 724.983 | | 39.219.921 |
| Títulos e Outras Aplicações Financeiras | 5.977.425 | | 81.015 | | 5.896.410 |
| Empréstimos a Empresas do Grupo | 19.844.591 | | | -13.800.000 | 6.044.591 |
| | 65.766.920 | | 805.998 | -13.800.000 | 51.160.922 |

| Amortizações e Ajustamentos | Saldos iniciais | Aumentos | Alienações | Transferências e abates | Saldos finais |
|--|-----------------|-----------|------------|-------------------------|---------------|
| Imobilizações incorpóreas | | | | | |
| Despesas de Instalação | 1.285.819 | 597 | 16.667 | | 1.269.749 |
| Despesas de Investigação e Desenvolvimento | 2.005.046 | 82.151 | | | 2.087.197 |
| Trespases | 983.568 | | | | 983.568 |
| | 4.274.433 | 82.748 | 16.667 | - | 4.340.514 |
| Imobilizações corpóreas | | | | | |
| Edifícios e Outras Construções | 43.585.832 | 1.194.118 | 14.066 | | 44.765.884 |
| Equipamento Básico | 33.566.129 | 632.467 | 4.390.442 | | 29.808.154 |
| Equipamento de Transporte | 7.495.545 | 1.452.557 | 1.372.440 | | 7.575.662 |
| Ferramentas e Utensílios | 8.460.833 | 110.719 | 147.438 | | 8.424.114 |
| Equipamento Administrativo | 6.150.663 | 70.825 | 80.635 | | 6.140.853 |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 2.503.525 | 45.879 | 288.011 | | 2.261.393 |
| | 101.762.527 | 3.506.566 | 6.293.032 | - | 98.976.061 |
| Investimentos financeiros | | | | | |
| Partes de Capital em Emp. do Grupo | 22.419.708 | | | -805.999 | 21.613.709 |
| Títulos e outras Aplicações Financeiras | 1.496 | | | | 1.496 |
| Empréstimos a Emp. do Grupo | 169.591 | | | | 169.591 |
| | 22.590.795 | - | - | -805.999 | 21.784.796 |

A diminuição ocorrida no activo imobilizado e nos ajustamentos na rubrica “Partes de Capital em Empresas do Grupo” e “Títulos e Outras Aplicações Financeiras” diz respeito à alienação das participações financeiras nas empresas participadas Salvador Caetano Moçambique SARL e TRASCOM SARL, para as quais tinha sido constituída no exercício de 2006 um ajustamento registado por contrapartida de capital próprio (Notas Introdutória e 21).

12. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

A Empresa procedeu em anos anteriores à reavaliação das suas imobilizações corpóreas ao abrigo da legislação aplicável, nomeadamente: Decreto-Lei 430/78, de 27 de Dezembro; Decreto-Lei 219/82, de 2 de Junho; Decreto-Lei 399-G/84, de 28 de Dezembro; Decreto-Lei 118-B/86, de 27 de Maio; Decreto-Lei 111/88, de 2 de Abril; Decreto-Lei 49/91, de 25 de Janeiro; Decreto-Lei 264/92, de 24 de Novembro; Decreto-Lei 31/98, de 11 de Fevereiro.

Uma parte (40%) do acréscimo das amortizações derivado das reavaliações legais efectuadas não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria colectável em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas (IRC), tendo a Empresa calculado e registado os respectivos passivos por impostos diferidos (Nota 6).

13. REAVALIAÇÕES DE IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação líquida das amortizações acumuladas em 30 de Junho de 2007 é o seguinte:

| Rubricas | Custos Históricos | Reavaliações | Saldos reavaliados |
|--------------------------------|-------------------|--------------|--------------------|
| Imobilizações Corpóreas | | | |
| Terrenos e Recursos Naturais | 6.629.922 | 5.604.561 | 12.234.483 |
| Edifícios e Outras Construções | 16.151.294 | 1.766.641 | 17.917.935 |
| Equipamento Básico | 6.241.819 | 23.630 | 6.265.449 |
| Equipamento de Transporte | 8.595.814 | | 8.595.814 |
| Ferramentas e Utensílios | 421.602 | | 421.602 |
| Equipamento Administrativo | 355.999 | | 355.999 |
| Outras Imobilizações Corpóreas | 390.807 | | 390.807 |
| Imobilizações em Curso | 1.887.747 | | 1.887.747 |
| | 40.675.004 | 7.394.832 | 48.069.836 |

LOCALIZAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES

Em 30 de Junho de 2007, o valor global das imobilizações corpóreas e em curso afecta a cada uma das actividades da Empresa é como segue:

| Rubricas | Imobilizações Corpóreas | Imobilizações em Curso | Total |
|---------------------------------|-------------------------|------------------------|-------------|
| Unidade Fabril de Gaia | 57.585.339 | 903.473 | 58.488.812 |
| Unidade Fabril de Ovar | 37.558.127 | 550.595 | 38.108.722 |
| Delegação de Lisboa / Carregado | 50.014.683 | 433.679 | 50.448.362 |
| | 145.158.149 | 1.887.747 | 147.045.896 |

16. EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS

A relação das empresas do Grupo e Associadas com indicação da sede, fracção do capital detido, capitais próprios e resultado líquido em 30 de Junho de 2007 são como segue:

| Empresas do Grupo | Fracção Efectiva Capital Detido a 30.06.2007 | Capitais Próprios a 30.06.2007 | Resultados Líquidos a 30.06.2007 | Valor de Balanço a 30.06.2007 |
|---|--|--------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), SA. Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia | 99,98% | 21.916.716 | -1.500.245 | 4.488.183 |
| Caetano Auto, SA. Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia | 92,90% | 48.196.358 | 965.583 | 9.868.048 |
| Salvador Caetano (UK), Ltd. Mill Lane, Heather-Coalville-Leicestershire - United Kingdom | 99,82% | 3.330.886 | | 24.195.690 |
| Steia - Soc. Técn Equipam. Industriais e Acessórios, SARL Bissau - Guiné-Bissau | | | | 204.507 |
| Cabo Verde Motors Terra Branca - Praia - Cabo Verde | 81,24% | 3.856.944 | 1.267.466 | 463.493 |
| Caetano Renting, SA. Rua José Mariani, 164 - Santa Marinha - Vila Nova de Gaia | 99,98% | 401.445 | -79.405 | |
| IPE - Indústria Produtora de Espumas, SA. Rua da Pereiras, 275 - Vila Nova de Gaia | 99,98% | 2.194.812 | 645.751 | |

| Empresas Associadas | Fracção Efectiva Capital Detido a 30.06.2007 | Capitais Próprios a 30.06.2007 | Resultados Líquidos a 30.06.2007 | Valor de Balanço a 30.06.2007 |
|---|--|--------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|
| Auto Partner SGPS, SA Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia | 46,45% | 2.220.576 | -44.549 | |
| Auto Partner - Comercio Automóveis, SA Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia | 46,45% | 804.893 | -24.491 | |
| Auto Partner II-Rep C Automóveis SA Av. Vasco da Gama, 1410 - Oliveira do Douro - Vila Nova de Gaia | 46,45% | -788.490 | -298.536 | |

Os saldos a receber e a pagar com as empresas do Grupo e Associadas acima referidas, e que em 30 de Junho de 2007 se encontram reflectidas nas rubricas do balanço “Clientes, c/c”, “Fornecedores, c/c” e “Empréstimos a empresas do Grupo” podem ser resumidos como segue:

| | |
|----------------------------|------------|
| Contas a receber | |
| . Curto prazo | 42.974.366 |
| . Médio e Longo Prazo | 2.498.141 |
| Contas a pagar | 2.237.365 |
| - Empréstimos concedidos | |
| . Saltano, SA | 5.875.000 |
| . Steia, SA | 169.591 |
| - Empréstimos obtidos | |
| . Salvador Caetano UK, Ltd | 3.282.617 |

21. MOVIMENTO OCORRIDO NOS AJUSTAMENTOS

Durante o primeiro semestre de 2007, realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de ajustamentos:

| Rubricas | Saldos iniciais | Aumentos | Transferências | Utilizações e Reversões | Saldos finais |
|---------------------------|-----------------|----------|----------------|-------------------------|---------------|
| Investimentos Financeiros | 22.590.795 | | | 805.999 | 21.784.796 |
| Cobrança Duvidosa | 4.625.198 | | | | 4.625.198 |
| Depreciação Existências | 1.200.000 | | | | 1.200.000 |
| | 28.415.993 | 0 | 0 | 805.999 | 27.609.994 |

A diminuição ocorrida nos ajustamentos para investimentos financeiros diz respeito à reposição de provisão para cobrir integralmente os activos registados nas contas da Empresa relativamente às participações nas empresas sedeadas em Moçambique, Salvador Caetano Moçambique SARL e TRASCOM SARL, após a alienação destas participações (Notas Introdutória e 10).

DÍVIDAS DE COBRANÇA DUVIDOSA

As dívidas de cobrança duvidosa encontram-se incluídas na rubrica própria e pelo valor de Euros 5.714.507.

31. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NO BALANÇO

Fundo de Pensões

A Toyota Caetano constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002. Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto a Toyota Caetano mantiver a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições.

De acordo com estudos actuariais realizados pela sociedade gestora do Fundo, a Toyota Caetano tem vindo a efectuar contribuições para o mesmo permitindo que a situação patrimonial do Fundo ascendesse, em 31 de Dezembro de 2006, a aproximadamente, 18,5 milhões de Euros, correspondentes ao fundo mínimo legalmente estabelecido pelo ISP- Instituto de Seguros de Portugal. A parcela das responsabilidades globais estimadas actuarialmente respeitantes à Empresa ascenderem em 31 de Dezembro de 2006 a, aproximadamente, 19,9 milhões de Euros.

Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 77/73 e SuisseRe 2001, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de rendimento de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

Durante o primeiro semestre 2007 foi criada uma dotação para reforço do Fundo em apreço, que ascendeu aproximadamente a 265 milhares de Euros, estimando-se deste modo que as responsabilidades mínimas permaneçam cobertas pelo valor patrimonial do Fundo em 30 de Junho de 2007.

Gostaríamos no entanto salientar que, face à conjuntura económica que se vive actualmente, e às responsabilidades crescentes que uma estrutura Fundiária como a nossa acarreta para o conjunto de empresas que o compõem, foi em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um fundo de “benefício definido” a um fundo de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Mais se informa que, no caso de esta pretensão do conjunto de Associados do fundo não puder ser aceite por razões de ordem legal ou outras, não restará outra alternativa que não seja a liquidação do Fundo de Pensões Salvador Caetano nos termos constantes e definidos no seu Contrato Constitutivo.

Face ao acima referido, o Conselho de Administração da Toyota Caetano entendeu não proceder ao reforço adicional do Fundo de Pensões até ao montante das responsabilidades totais por serviços passados, uma vez que o nível mínimo de financiamento se encontra coberto.

Outros Compromissos Financeiros

Em 30 de Junho de 2007, a Empresa tinha assumido outros compromissos financeiros como segue:

| Responsabilidades | Valor |
|-----------------------|------------|
| Por Fianças Prestadas | 17.880.060 |

32. RESPONSABILIDADES POR GARANTIAS BANCÁRIAS

Em 30 de Junho de 2007, a Empresa tinha solicitado a emissão responsabilizando-se por garantias bancárias destinadas à cobertura de linhas de crédito a utilizar pela seguinte Empresa:

| Entidade beneficiária da garantia | Empresa | Valor |
|-----------------------------------|---------------|-----------|
| Deutsche Bank AG | Contrac, Gmbh | 2.500.000 |

34. MOVIMENTO OCORRIDO NAS PROVISÕES

Durante o primeiro semestre de 2007, realizaram-se os seguintes movimentos nas contas de provisões:

| Rubricas | Saldos iniciais | Aumentos | Utilizações (Nota 46) | Transferências | Saldos finais |
|--|-----------------|----------|-----------------------|----------------|---------------|
| Provisão para Outros Riscos e Encargos | 4.553.043 | | 90.000 | | 4.463.043 |

36. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL

Em 30 de Junho de 2007 o capital da Empresa é composto por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada.

37. IDENTIFICAÇÃO DE PESSOAS COLECTIVAS COM MAIS DE 20% DO CAPITAL SUBSCRITO

| | |
|---|-----|
| Grupo Salvador Caetano (S.G.P.S.), S.A. | 60% |
| Toyota Motor Europe NV/SA | 27% |

40. VARIAÇÃO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

Durante o primeiro semestre de 2007, ocorreram os seguintes movimentos nas rubricas de capital próprio:

| Rubricas | Saldos Iniciais | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldos Finais |
|---------------------------------------|-----------------|-----------|-------------|----------------|---------------|
| Capital | 35.000.000 | | | | 35.000.000 |
| Ajustamento Partes Capital Associadas | -22.215.200 | | | | -22.215.200 |
| Reservas de Reavaliação | 6.195.184 | | | | 6.195.184 |
| Reserva Legal | 6.568.803 | | | 390.100 | 6.958.903 |
| Reservas Livres | 73.869.649 | | | 211.682 | 74.081.331 |
| Resultado Líquido do Exercício | 7.801.782 | 6.249.865 | -7.200.000 | -601.782 | 6.249.865 |

A diminuição ocorrida nos capitais próprios no semestre findo em 30 de Junho de 2007, ficou a dever-se à deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Abril de 2007, de distribuir dividendos no montante de Euros 5.950.000 e de distribuir gratificações aos colaboradores e corpos sociais da Empresa no montante de Euros 1.250.000.

Os movimentos de transferências resultam da aplicação do resultado do exercício de 2006 já anteriormente mencionado.

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

As reservas de reavaliação resultam da reavaliação do imobilizado corpóreo efectuada nos termos da legislação aplicável (Nota 12). De acordo com a legislação vigente e as práticas contabilísticas seguidas em Portugal, estas reservas não são distribuíveis aos accionistas podendo apenas, em determinadas circunstâncias, ser utilizadas em futuros aumentos de capital da Empresa ou em outras situações especificadas na legislação.

41. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no primeiro semestre de 2007 é como segue:

| Rubricas | Mercadorias | Matérias-primas Subsidiárias e de Consumo | Total |
|----------------------|-------------|---|-------------|
| Existências Iniciais | 42.409.482 | 15.008.139 | 57.417.621 |
| Compras | 156.420.603 | 34.317.689 | 190.738.292 |
| Existências finais | 53.884.130 | 13.792.396 | 67.676.526 |
| | 144.945.955 | 35.533.432 | 180.479.387 |

42. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida no primeiro semestre de 2007 é como segue:

| Rubricas | Produtos Acabados e Intermedios | Produtos e Trabalhos em Curso | Total |
|----------------------|---------------------------------|-------------------------------|------------|
| Existências Finais | 3.928.724 | 7.008.296 | 10.937.020 |
| Existências Iniciais | 4.742.535 | 5.556.976 | 10.299.511 |
| | -813.811 | 1.451.320 | 637.509 |

43. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais no primeiro semestre de 2007, foram como segue:

| Órgãos Sociais | Valor |
|---------------------------|---------|
| Conselho de Administração | 304.612 |

44. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos durante o primeiro semestre de 2007 foi como segue:

| | Mercado Interno | Mercado Externo | Total |
|----------------------|-----------------|-----------------|-------------|
| Viaturas Ligeiras | 161.262.125 | 21.060.265 | 182.322.390 |
| Veículos Pesados | 7.486.575 | 2.758.247 | 10.244.822 |
| Máquinas Industriais | 6.039.312 | 123.085 | 6.162.397 |
| Pecas e Acessórios | 21.097.740 | 809.236 | 21.906.976 |
| Outros | 3.657.160 | 14.019 | 3.671.179 |
| | 199.542.913 | 24.764.851 | 224.307.763 |

45. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2007 e 2006 os resultados financeiros têm a seguinte composição:

| Custos e Perdas | Jun'07 | Jun'06 |
|--|------------|------------|
| Juros Suportados | 1.792.746 | 2.425.918 |
| Diferenças de Câmbio Desfavoráveis | 45.579 | 37.913 |
| Descontos de Pronto-Pagamento Concedidos | 26.857 | 16.980 |
| Outras Custos e Perdas Financeiros | 163.133 | 193.619 |
| Resultados Financeiros | -1.294.003 | -2.086.954 |
| | 734.312 | 587.476 |
| Proveitos e Ganhos | Jun'07 | Jun'06 |
| Juros Obtidos | 302.860 | 147.538 |
| Rendimentos de Participações | 361.914 | 394.099 |
| Diferenças de Câmbio Favoráveis | 60.501 | 39.644 |
| Descontos de Pronto-Pagamento Obtidos | 8.971 | 6.122 |
| Outros Proveitos e Ganhos Financeiros | 66 | 73 |
| | 734.312 | 587.476 |

46. DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Em 30 de Junho de 2007 e 2006 os resultados extraordinários têm a seguinte composição:

| Custos e Perdas | Jun'07 | Jun'06 |
|---|---------|-----------|
| Donativos | 24.255 | 29.250 |
| Perdas em Existências | 34.703 | 31.306 |
| Perdas em Imobilizações | 54.073 | 16.225 |
| Multas e Penalidades | 91.993 | 22.164 |
| Outros Custos e Perdas Extraordinários | | 453.753 |
| Resultados Extraordinários | 744.654 | 642.171 |
| | 949.677 | 1.194.869 |
| Proveitos e Ganhos | Jun'07 | Jun'06 |
| Restituição Impostos | | |
| Recuperação de Dívidas | | 6.677 |
| Ganhos em Existências | 108.125 | 75.675 |
| Ganhos em Imobilizações | 751.552 | 568.710 |
| Benefícios de Penalidades Contratuais | | 31.228 |
| Reduções Amortizações e Provisões (Nota 34) | 90.000 | 490.785 |
| Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários | | 21.794 |
| | 949.677 | 1.194.869 |

48. TÍTULOS E OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As participações financeiras minoritárias em empresas com capital cotado em Bolsa, encontram-se registadas ao custo de aquisição e as mais-valias potenciais, não reflectidas no balanço, ascendem, em 30 de Junho de 2007, a aproximadamente Euros 13.943.204.

49. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

A rubrica do passivo “Estado e outros entes públicos”, em 30 de Junho de 2007, não inclui dívidas em situação de mora, sendo as principais componentes, como segue:

| Rubricas | Valor |
|---|------------|
| Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado) (Nota 6) | 2.222.007 |
| Imposto Sobre Rendimento das Pessoas Colectivas (retenções na fonte suportadas) | -285.388 |
| Imposto s/ Veículos | 6.548.861 |
| Direitos Aduaneiros | 851.797 |
| Imposto Sobre o Valor Acrescentado | 8.593.174 |
| Outras Contribuições e Impostos | 884.194 |
| | 18.814.646 |

50. DÍVIDAS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 30 de Junho de 2007, o detalhe das dívidas a instituições de crédito era como segue:

| | |
|--------------------------|------------|
| Papel Comercial | 47.200.000 |
| Financiamentos correntes | 24.955.940 |
| | 72.155.940 |

51. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Em 30 de Junho de 2007, o detalhe destas rubricas era como segue:

| | |
|--|-----------|
| Acréscimos de Proveitos | |
| Proveitos antecipados de encargos a debitar a associadas | 59.654 |
| Custos diferidos | |
| Activos por impostos diferidos (Nota 6) | 1.132.571 |
| Juros | 539.108 |
| Seguros | 122.091 |
| Conservação plurianual | 103.009 |
| Outros | 431.345 |
| | 2.328.124 |

Acréscimos de custos

| | |
|---|------------|
| Encargos com férias e subsídios de férias e Natal | 3.579.843 |
| Imposto s/ Veículos de viaturas vendidas e não matriculadas | 185.293 |
| Campanhas de promoção de vendas | 1.514.989 |
| Passivos por impostos diferidos (Nota 6) | 1.142.164 |
| Garantias | 1.651.570 |
| Juros a liquidar | 303.480 |
| Publicidade | 658.140 |
| Royalties | 161.975 |
| Seguros | 126.212 |
| Outros | 2.384.264 |
| | 11.707.930 |

Proveitos diferidos:

| | |
|----------------------------|-----------|
| Juros debitados a clientes | 259.274 |
| Outros | 1.358.390 |
| | 1.617.664 |

52. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras. É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

(Euros)

| | | Exercícios | |
|----|--|-------------|-------------|
| | | JUN'07 | JUN'06 |
| 1 | Vendas e prestações de serviços | 224.307.763 | 189.938.776 |
| 2 | Custo das vendas e prestações de serviços | 194.165.394 | 162.986.270 |
| 3 | Resultados Brutos | 30.142.369 | 26.952.506 |
| 4 | Outros proveitos operacionais | 894.017 | 630.148 |
| 5 | Custos de distribuição | 17.690.685 | 16.469.635 |
| 6 | Custos administrativos | 4.235.673 | 4.458.543 |
| | Resultados Operacionais | 9.110.028 | 6.654.476 |
| 7 | Rendimentos de participações de capital: | | |
| | Relativos a empresas interligadas | | 120.395 |
| | Relativos a outras empresas | 361.914 | 273.704 |
| 8 | Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras: | | |
| | Relativos a empresas interligadas | | |
| | Outros | 98.391 | 193.377 |
| 9 | Outros juros e proveitos similares: | | |
| | Relativos a empresas interligadas | | |
| | Outros | | |
| 10 | Amortizações e provisões de aplicações e investimentos financeiros | | |
| 11 | Juros e custos similares: | | |
| | Relativos a empresas interligadas | | |
| | Outros | 1.219.188 | 2.674.430 |
| | Resultados Correntes | 8.351.145 | 4.567.522 |
| | Resultados Antes de Impostos | 8.351.145 | 4.567.522 |
| | Imposto sobre o rendimento do exercício | 2.101.280 | 1.164.867 |
| 19 | Resultado Líquido do Exercício | 6.249.865 | 3.402.655 |
| | Resultado Líquido por Acção | 0,18 | 0,10 |

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim.

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis Da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

(Euros)

| | JUN'07 | | JUN'06 | |
|---|--------------|-------------|--------------|-------------|
| ACTIVIDADES OPERACIONAIS | | | | |
| Recebimentos de Clientes | 279.591.513 | | 240.024.950 | |
| Pagamentos a Fornecedores | -254.876.300 | | -211.109.212 | |
| Pagamentos ao Pessoal | -6.306.662 | | -7.827.929 | |
| Fluxo gerado pelas Operações | | 18.408.551 | | 21.087.809 |
| Pagamento do Imposto sobre o Rendimento | | -660.820 | | -888.015 |
| Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional | | -23.976.190 | | -15.749.385 |
| Fluxo gerados antes das Rubricas Extraordinárias | | -6.228.459 | | 4.450.409 |
| Recebimentos relacionados com Rubricas Extraordinárias | 108.240 | | 152.304 | |
| Pagamentos relacionados com Rubricas Extraordinárias | -126.229 | -17.989 | -72.450 | 79.854 |
| Fluxo das Actividades Operacionais | | -6.246.448 | | 4.530.263 |
| ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | | |
| Imobilizações Financeiras | 13.800.002 | | 837.378 | |
| Imobilizações Corpóreas | 9.620.986 | | 1.997.964 | |
| Juros e Proveitos Similares | | | | |
| Dividendos | 361.913 | 23.782.901 | 394.099 | 3.229.441 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | |
| Investimentos Financeiros | | | | |
| Imobilizações Corpóreas | -2.372.968 | | -6.904.927 | |
| Imobilizações Incorpóreas | -49.707 | -2.422.675 | -192.328 | -7.097.255 |
| Fluxo das Actividades de Investimento | | 21.360.226 | | -3.867.814 |
| ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | | |
| Empréstimos Obtidos | 3.282.617 | 3.282.617 | 7.557.429 | 7.557.429 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | | |
| Empréstimos Obtidos | -9.804.060 | | | |
| Amortização de Contratos de Locação Financeira | | | | |
| Juros e Custos Similares | -1.848.293 | | -2.671.944 | |
| Dividendos | -5.937.614 | -17.589.967 | -3.494.010 | -6.165.954 |
| Fluxo das Actividades de Financiamento | | -14.307.350 | | 1.391.475 |
| CAIXA E EQUIVALENTES | | | | |
| Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período | | 3.881.671 | | 2.463.108 |
| Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período | | 4.688.099 | | 4.517.032 |
| Variação de Caixa e Seus Equivalentes | | 806.428 | | 2.053.924 |

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim.

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis Da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

I-a) Discriminação dos recebimentos provenientes de Imobilizações Financeiras

| RUBRICAS | JUN'07 |
|---|------------|
| Alienação da participação na empresa Salvador Caetano Moçambique SARL | I |
| Alienação da participação na empresa TRANSCOM SARL | I |
| Recebimento de Empréstimos a Empresas do Grupo | 13.800.000 |
| Recebimentos Provenientes de Imobilizações Financeiras | 13.800.002 |

I-d) Discriminação dos activos e passivos alienados a Caetano Coatings-Revestimentos Auto e Industriais, SA

| RUBRICAS | JUN'07 |
|----------------------|-----------|
| Imobilizações | 7.250.522 |
| Existências | 958.568 |
| Cedência de créditos | 640.910 |

2-Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes

| RUBRICAS | JUN'07 | JUN'06 |
|--|-----------|-----------|
| Numerário | 99.750 | 104.750 |
| Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis | 4.578.170 | 4.399.391 |
| Equivalentes a Caixa | 10.179 | 12.891 |
| Caixa e Seus Equivalentes | 4.688.099 | 4.517.032 |
| DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO | 4.688.099 | 4.517.032 |

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim.

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis Da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano.

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL INDIVIDUAL

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2007, da Toyota Caetano Portugal, S.A., incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 263.596.900 Euros e capitais próprios de 106.270.082 Euros, incluindo um resultado líquido de 6.249.865 Euros) na Demonstração dos resultados por naturezas e na Demonstração dos fluxos de caixa do semestre findo naquela data e nos correspondentes Anexos.
2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa, posteriormente ajustadas com as quantias, ainda sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação da informação financeira histórica semestral de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (ii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iii) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.
4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.
6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.
7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do semestre findo em 30 de Junho de 2007 da Toyota Caetano Portugal, S.A. não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

ÊNFASE

9. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, para publicação nos termos da legislação em vigor. Conforme indicado na Nota 3 d) do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros em empresas filiais e associadas são registados ao mais baixo do custo de aquisição ou valor de mercado ou recuperação. A Empresa irá preparar, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia, para publicação em separado.

Porto, 10 de Setembro de 2007

DELOITE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADO 2007 1º SEMESTRE

Toyota Caetano Portugal, S.A.

INDICADORES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

| | Jun '07 | Jun '06 | Jun '05 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| Vendas | 286 796 255 | 288 188 712 | 286 596 871 |
| Cash-flow bruto | 18 331 156 | 15 137 808 | 17 155 927 |
| Encargos financeiros líquidos | 1 857 187 | 3 789 658 | 3 201 176 |
| Custos com o pessoal | 26 189 235 | 33 763 464 | 35 195 049 |
| Investimento líquido | -14 318 110 | 21 751 605 | 1 845 140 |
| Volume de emprego | 2 114 | 2 936 | 3 072 |
| Resultado líquido com int minoritários | 7 929 142 | 3 998 728 | 4 870 317 |
| Resultado líquido sem int minoritários | 7 937 802 | 3 822 459 | 5 059 148 |
| Grau de autonomia financeira | 40,01% | 33,06% | 34,76% |

RELATÓRIO DE GESTÃO

ENQUADRAMENTO

Portugal apresenta, pelo segundo trimestre consecutivo, uma taxa de crescimento do Produto Interno Bruto, quantificada em 1,6% face ao período homólogo, continuando superior à média europeia. A composição do crescimento do PIB alterou-se, sendo que já não foi o contributo positivo das exportações que se fez sentir mas sim o do consumo privado onde a componente de bens de consumo duradouro, que contempla o sector automóvel, teve grande influência.

O mercado automóvel, sector onde se encontra inserida a actividade do Grupo Toyota Caetano Portugal, registou, neste primeiro semestre de 2007, um crescimento de 3,9% face a igual período de 2006. Esta situação de inversão de ciclo, há muito esperada, encontra-se no entanto influenciada pela alteração fiscal sobre o IA, com implicações a partir de Julho passado e que levou à antecipação de compras.

Num contexto de crescimento do mercado, o Grupo congratula-se com o excelente desempenho que a marca representada – Toyota – tem evidenciado e que se traduziu num aumento da sua quota de mercado de 5,8%, em Junho de 2006, para 6,6%, em Junho de 2007.

O processo de reestruturação do grupo Toyota Caetano Portugal, oportunamente divulgado ao mercado, visou a concentração do negócio Toyota no Grupo pelo que todas as unidades de negócio participadas pela Toyota Caetano Portugal sem ligação directa ou indirecta à Toyota, a partir de 2 de Janeiro de 2007 deixaram de fazer parte do perímetro deste Grupo.

De seguida encontra-se uma breve abordagem a cada uma das empresas operacionais do Grupo onde se elegeu alguns indicadores, comuns a todas as empresas do Grupo, na unidade monetária Euro.

TOYOTA CAETANO PORTUGAL, S. A.

O facto da Toyota continuar a crescer acima do mercado, bem como o crescente contributo do projecto de exportação do modelo comercial Dyna onde neste semestre foram comercializadas 1.227 viaturas (mais 58% do que em igual período de 2006), foram factores determinantes para o positivo sentido de evolução do volume de negócios.

A venda de participações, relacionada com a reestruturação recentemente efectuada, tendo em vista a concentração do Grupo no negócio Toyota, originou um encaixe financeiro que permitiu a redução do endividamento global, tendo como consequência a redução dos custos financeiros suportados.

O crescimento de actividade, a redução dos custos financeiros e o controlo dos custos operacionais proporcionaram alcançar resultados antes de impostos de 8,3 milhões de euros o que representa mais 83% do que em período homólogo do ano anterior.

| | 2006 | 2007 | Variação |
|--------------------------|-------------|-------------|----------|
| Volume de negócios | 189.938.776 | 224.307.763 | 18,09% |
| E.B.I.T.D.A. Operacional | 9.836.897 | 13.029.103 | 32,45% |
| E.B.I.T. | 6.654.478 | 9.645.148 | 44,94% |
| Resultado ante impostos | 4.567.524 | 8.351.145 | 82,84% |

CAETANO AUTO, S.A.

Caetano Auto é a nova designação para a empresa do Grupo que, no mercado automóvel, responde por 62% das vendas de viaturas da marca Toyota.

Neste primeiro semestre de 2007, a empresa atingiu um volume de vendas substancialmente superior ao registado em igual período de 2006, tendo para isso contribuído a alteração fiscal sobre o IA. Desta forma, até Junho, foram vendidas 6.069 viaturas ligeiras, mais 671 do que em 2006.

Considerando o efeito positivo sobre as vendas decorrente da alteração fiscal ocorrida e atendendo à sazonalidade da actividade, não será de prever que o segundo semestre atinja o nível alcançado no primeiro.

| | 2006 | 2007 | Variação |
|--------------------------|-------------|-------------|----------|
| Volume de negócios | 133.050.553 | 160.598.626 | 20,70% |
| E.B.I.T.D.A. Operacional | 2.348.361 | 4.197.441 | 78,74% |
| E.B.I.T. | -615.523 | 2.155.177 | 450,14% |
| Resultado ante impostos | -418.961 | 2.350.933 | 661,13% |

AUTOPARTNER COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, S.A.

A Auto Partner - Comércio de Automóveis desenvolve a sua actividade com a comercialização de viaturas da marca Toyota.

Durante o primeiro semestre de 2007 a Empresa deu continuidade à estratégia de consolidação da actividade Toyota nas instalações de Leça da Palmeira, Penafiel e Maia Centro, tendo-se registado ainda a abertura em 2007 de um novo ponto de vendas e de assistência técnica Toyota na Trofa.

Apesar do forte crescimento do Volume de Negócios e da evolução favorável dos restantes indicadores operacionais da actividade, a Empresa reconheceu prejuízos neste primeiro semestre na sequência dos investimentos associados ao arranque de um novo ponto de venda e de assistência técnica. É por isso expectável uma melhoria significativa dos resultados até ao final do exercício.

| | 2006 | 2007 | Variação |
|--------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Volume de negócios | 6.839.853 | 9.002.735 | 31,62% |
| E.B.I.T.D.A. Operacional | 75.830 | 123.788 | 63,24% |
| E.B.I.T. | 1.333 | 38.134 | 2760,36% |
| Resultado ante impostos | 1.955 | -24.491 | -1352,77% |

AUTOPARTNER II REPARADOR DE COLISÃO AUTOMÓVEL, S.A.

A Auto Partner II - Reparador de Colisão Automóvel tem como actividade a reparação e assistência técnica automóvel.

Na sequência dos maus resultados obtidos no primeiro semestre de 2007 está a ser levada a cabo uma reestruturação profunda da actividade através da qual é expectável a obtenção de resultados positivos a partir do próximo ano.

| | 2006 | 2007 | Variação |
|--------------------------|-----------|-----------|----------|
| Volume de negócios | 2.241.619 | 2.560.566 | 14,23% |
| E.B.I.T.D.A. Operacional | -60.068 | -225.412 | -275,26% |
| E.B.I.T. | -93.669 | -283.562 | -202,73% |
| Resultado ante impostos | -93.714 | -298.536 | -218,56% |

CAETANO RENTING, S.A.

A pautar-se por uma estabilidade de operações, a Caetano Renting, antiga Salvador Caetano Aluguer de Automóveis, mantém o nível de facturação de 2006.

A ligeira quebra de resultados advém de uma alteração na gestão da frota, com implicações ao nível das amortizações e cujo efeito será residual no final do ano.

| | 2006 | 2007 | Variação |
|--------------------------|-----------|-----------|----------|
| Volume de negócios | 3.924.812 | 3.970.113 | 1,15% |
| E.B.I.T.D.A. Operacional | 3.292.439 | 3.732.596 | 13,37% |
| E.B.I.T. | 504.871 | 445.213 | -11,82% |
| Resultado ante impostos | 123.377 | -79.405 | -164,36% |

I.P.E. – INDÚSTRIA PRODUTORA DE ESPUMAS, S.A.

A IPE, cuja actividade se encontra centralizada na produção de espumas e componentes para o ramo automóvel, tem como um dos seus principais clientes a Toyota Caetano Portugal.

Alvo de um processo de reestruturação em 2006, esta empresa evidencia, nos resultados alcançados em 2007, as melhorias introduzidas.

Tendo em conta as perspectivas traçadas pelos seus principais clientes, para 2007 a empresa está confiante de que no decorrer do exercício será possível superar os resultados apurados em 2006.

| | 2006 | 2007 | Variação |
|--------------------------|-----------|-----------|----------|
| Volume de negócios | 4.128.637 | 5.212.289 | 26,25% |
| E.B.I.T.D.A. Operacional | 317.485 | 832.120 | 162,10% |
| E.B.I.T. | 58.811 | 677.726 | 1052,38% |
| Resultado ante impostos | 6.693 | 645.014 | 9537,14% |

CABO VERDE MOTORS, S.A.

A Cabo Verde Motors, responsável pela comercialização das viaturas da marca Toyota em Cabo Verde, tem vindo a registar índices de crescimento de actividade e rentabilidade que a coloca como uma empresa de referência.

Dada a favorável conjuntura macroeconómica, é expectável que no segundo semestre de 2007 o comportamento do mercado automóvel em Cabo Verde se mantenha idêntico ao observado no primeiro pelo que, a empresa estima para o final do ano a duplicação de resultados.

| | 2006 | 2007 | Variação |
|--------------------------|-----------|-----------|----------|
| Volume de negócios | 5.975.924 | 9.302.982 | 55,67% |
| E.B.I.T.D.A. Operacional | 942.835 | 1.555.061 | 64,93% |
| E.B.I.T. | 731.688 | 1.841.132 | 151,63% |
| Resultado ante impostos | 707.441 | 1.810.666 | 155,95% |

Taxa de Câmbio 1€ = 110 CVE

ACTIVIDADE FINANCEIRA

As recentes alterações ocorridas ao nível do perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano Portugal, não tornam possível a comparação directa de agregados com o período homólogo de 2006.

(Valores em milhares de Euros)

| | Junho 2006 | Junho 2007 | Variação |
|---------------------------|------------|------------|----------|
| Vendas | 288.189 | 286.796 | - 0,5% |
| Resultados Operacionais | 9.156 | 10.473 | 14% |
| Resultados Antes Impostos | 5.514 | 8.616 | 56% |

Com um volume de vendas consolidado de 287 milhões de euros, o Grupo viu a sua rentabilidade aumentar para 2,8%, sendo que em Junho de 2006 se situava em 1,4%.

A contribuir para esta situação encontra-se a boa performance operacional provocada pelo desempenho da marca Toyota no mercado e ainda a redução significativa da carga financeira que se tornou possível com a aplicação de fundos criados com a venda de participações.

Neste período, com a redução das dívidas a instituições de crédito em 12 milhões de euros, o que colocou este agregado no valor de 102 milhões de euros, foi possível melhorar em 7 p.p. o grau de autonomia financeira do Grupo, passando este a atingir o confortável valor de 40%.

CONCLUSÕES

Face aos últimos indicadores conhecidos da economia portuguesa, que apontam para um crescimento económico sustentado, as empresas do Grupo partem para um segundo semestre com expectativas positivas, não deixando de ter presente que a sazonalidade, característica das actividades ligadas ao sector automóvel, normalmente penaliza este período do ano. Para além desta situação dever-se-á ter em conta o impacto da alteração da fiscalidade automóvel, com efeito a partir de Julho, que poderá causar alguma desaceleração na procura com impacto ao nível dos resultados alcançados.

Vila Nova de Gaia, 14 de Setembro de 2007

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis Da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano.

BALANÇO CONSOLIDADO

| (Euros) | | | |
|---|-------|---------------------|------------------|
| ACTIVO | Notas | 30 de Junho de 2007 | 31 Dezembro 2006 |
| ACTIVO NÃO CORRENTE: | | | |
| Imobilizações incorpóreas | 7 | 461 531 | 364 935 |
| Imobilizações corpóreas | 8 | 106 244 929 | 105 625 942 |
| Propriedades de investimento | 9 | 7 940 676 | 7 642 761 |
| Investimentos em empresas associadas | 10 | - | 1 098 968 |
| Investimentos disponíveis para venda | 10 | 21 062 321 | 16 967 025 |
| Outras dívidas de terceiros | 13 | 1 111 072 | 1 111 072 |
| Activos por impostos diferidos | 15 | 3 231 823 | 2 490 221 |
| Clientes | 12 | 3 389 762 | 1 902 854 |
| Total do activo não corrente | | 143 442 114 | 137 203 778 |
| ACTIVO CORRENTE: | | | |
| Existências | 11 | 101 861 499 | 95 098 164 |
| Clientes | 12 | 84 931 828 | 71 262 920 |
| Outras dívidas de terceiros | 13 | 12 136 858 | 5 199 020 |
| Outros activos correntes | 14 | 4 690 978 | 3 600 294 |
| Caixa e equivalentes a caixa | 16 | 10 364 619 | 8 805 848 |
| Total do activo corrente | | 213 985 782 | 183 966 246 |
| Activos não correntes detidos para venda | | - | 69 497 466 |
| Total do activo | | 357 427 896 | 390 667 490 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | |
| Capital social | 17 | 35 000 000 | 35 000 000 |
| Reserva legal | | 6 958 903 | 6 568 803 |
| Reservas de reavaliação | | 6 195 184 | 6 195 184 |
| Reservas de conversão | | 344 350 | 112 055 |
| Reservas de conversão associadas a activos não correntes detidos para venda | | - | (720 479) |
| Reservas de justo valor | | 10 248 255 | 7 234 880 |
| Outras reservas | | 71 960 090 | 65 785 732 |
| Resultado consolidado líquido do período | | 7 937 802 | 14 360 280 |
| | | 138 644 584 | 134 536 455 |
| Interesses minoritários | 18 | 4 345 104 | 4 285 575 |
| Total do capital próprio | | 142 989 688 | 138 822 030 |
| PASSIVO: | | | |
| PASSIVO NÃO CORRENTE: | | | |
| Empréstimos bancários de longo prazo | 19 | 8 000 000 | 8 000 000 |
| Responsabilidades por pensões | 23 | 3 862 549 | 3 862 549 |
| Outros passivos de médio e longo prazo | | 1 288 035 | 1 266 073 |
| Passivos por impostos diferidos | 15 | 5 987 816 | 5 022 825 |
| Total do passivo não corrente | | 19 138 400 | 18 151 447 |
| PASSIVO CORRENTE: | | | |
| Empréstimos bancários de curto prazo | 19 | 94 133 598 | 102 730 286 |
| Empréstimos obrigacionistas | 19 | - | 3 750 000 |
| Outros empréstimos | | - | 175 177 |
| Fornecedores | 20 | 52 595 770 | 44 308 643 |
| Outras dívidas a terceiros | 21 | 27 855 742 | 19 586 408 |
| Outros passivos correntes | 22 | 18 442 135 | 14 349 816 |
| Provisões | 24 | 2 272 563 | 1 960 090 |
| Instrumentos financeiros derivados | | - | 97 195 |
| Total do passivo corrente | | 195 299 808 | 186 957 615 |
| Passivos associados a activos não correntes detidos para venda | | - | 46 736 398 |
| Total do passivo e capital próprio | | 357 427 896 | 390 667 490 |

O Anexo faz parte integrante do Balanço em 30 de Junho de 2007.

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim.

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis Da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(Euros)

| | Notas | 30 de Junho de 2007 | 30 Junho de 2006 |
|--|--|---------------------|------------------|
| Proveitos operacionais: | | | |
| Vendas | 30 | 273 470 140 | 265 553 284 |
| Prestações de serviços | 30 | 13 326 115 | 22 635 428 |
| Outros proveitos operacionais | | 15 241 626 | 17 123 965 |
| | Total de proveitos operacionais | 302 037 881 | 305 312 677 |
| Custos operacionais: | | | |
| Custo das vendas | 11 | 223 698 905 | 221 918 164 |
| Variação da produção | 11 | (537 092) | (4 097 429) |
| Fornecimentos e serviços externos | | 29 808 707 | 32 318 975 |
| Custos com o pessoal | 23 | 26 189 235 | 33 763 464 |
| Amortizações e depreciações | 7 e 8 | 9 256 027 | 10 109 301 |
| Amortizações de propriedades de investimento | 9 | 139 212 | 146 284 |
| Provisões e perdas por imparidade | 24 | 1 165 708 | 1 470 497 |
| Outros custos operacionais | | 1 843 518 | 527 232 |
| | Total de custos operacionais | 291 564 220 | 296 156 488 |
| | Resultados operacionais | 10 473 661 | 9 156 189 |
| Resultados relativos a empresas associadas | 31 | - | 321 353 |
| Custos financeiros | 31 | (2 648 016) | (4 569 081) |
| Proveitos financeiros | 31 | 790 829 | 605 927 |
| | Resultados antes de impostos | 8 616 474 | 5 514 388 |
| Impostos sobre o rendimento | 26 | (2 971 125) | (1 515 660) |
| | Resultados de operações descontinuadas | 2 283 793 | - |
| | Resultado líquido consolidado do período | 7 929 142 | 3 998 728 |
| Atribuível: | | | |
| ao Grupo | | 7 937 802 | 3 822 459 |
| a interesses minoritários | | (8 660) | 176 269 |
| | | 7 929 142 | 3 998 728 |
| Resultados por acção: | | | |
| | Básico | 0,227 | 0,114 |
| | Diluído | 0,227 | 0,114 |

O Anexo faz parte integrante da Demonstração para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007.

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim.

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis Da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

(Euros)

| | Capital social | Reservas legais | Reservas de reavaliação | Reservas de conversão cambial | Reservas de justo valor | Outras reservas | Total de reservas | Interesses minoritários | Resultado líquido | Total |
|--|----------------|-----------------|-------------------------|-------------------------------|-------------------------|-----------------|-------------------|-------------------------|-------------------|-------------|
| Saldos em 31 de Dezembro de 2006 | 35 000 000 | 6 568 803 | 6 195 184 | (608 424) | 7 234 880 | 65 785 732 | 85 176 175 | 4 285 575 | 14 360 280 | 138 822 030 |
| Aplicação do resultado consolidado de 2006: | | | | | | | | | | |
| Transferência para reserva legal | - | 390 100 | - | - | - | - | 390 100 | - | (390 100) | 0 |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | - | - | - | 0 | - | (5 950 000) | (5 950 000) |
| Transferência para Outras reservas | - | - | - | - | - | 8 020 180 | 8 020 180 | - | (8 020 180) | 0 |
| Variação nas reservas de conversão cambial | - | - | - | 952 774 | - | - | 952 774 | - | - | 952 774 |
| Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda | - | - | - | - | 3 013 375 | - | 3 013 375 | - | - | 3 013 375 |
| Resultado líquido consolidado do período | - | - | - | - | - | - | 0 | - | 7 937 802 | 7 937 802 |
| Interesses minoritários no resultado | - | - | - | - | - | - | 0 | (8 660) | - | (8 660) |
| Outros | - | - | - | - | - | (1 845 822) | (1 845 822) | 68 189 | - | (1 777 633) |
| Saldos em 30 de Junho de 2007 | 35 000 000 | 6 958 903 | 6 195 184 | 344 350 | 10 248 255 | 71 960 090 | 95 706 782 | 4 345 104 | 7 937 802 | 142 989 688 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2005 | 35 000 000 | 6 208 803 | 6 187 307 | (331 840) | 4 013 129 | 64 815 853 | 80 893 252 | 3 238 297 | 4 771 339 | 123 902 888 |
| Aplicação do resultado consolidado de 2005: | | | | | | | | | | |
| Transferência para reserva legal | - | 360 000 | - | - | - | - | 360 000 | - | (360 000) | 0 |
| Dividendos distribuídos | - | - | - | - | - | - | 0 | - | (3 500 000) | (3 500 000) |
| Transferência para Outras reservas | - | - | - | - | - | 911 339 | 911 339 | - | (911 339) | 0 |
| Variação nas reservas de conversão cambial | - | - | - | (424 198) | - | - | (424 198) | - | - | (424 198) |
| Alteração do justo valor de investimentos disponíveis para venda | - | - | - | - | 2 203 623 | - | 2 203 623 | - | - | 2 203 623 |
| Resultado líquido consolidado do período | - | - | - | - | - | - | 0 | - | 3 822 459 | 3 822 459 |
| Interesses minoritários no resultado | - | - | - | - | - | - | 0 | 176 269 | - | 176 269 |
| Outros | - | - | - | - | - | 318 335 | 318 335 | 18 464 | - | 336 799 |
| Saldos em 30 de Junho de 2006 | 35 000 000 | 6 568 803 | 6 187 307 | (756 038) | 6 216 752 | 66 045 527 | 84 262 351 | 3 433 030 | 3 822 459 | 126 517 840 |

O Anexo faz parte integrante desta demonstração para o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007.

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim.

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis Da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano.

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

I. NOTA INTRODUTÓRIA

A Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Toyota Caetano" ou "Empresa") é uma sociedade anónima constituída em 1946, que tem a sua sede social em Vila Nova de Gaia e que se insere num Grupo ("Grupo Toyota Caetano"), cujas Empresas exercem, sobretudo, actividades económicas inseridas no ramo automóvel, nomeadamente, a importação, montagem e comercialização de automóveis ligeiros e pesados, a indústria de autocarros, a comercialização de equipamento industrial de movimentação de cargas, a comercialização de peças para veículos, bem como a correspondente assistência técnica.

Por deliberação da Assembleia Geral de Accionistas de 20 de Novembro de 2006 e na sequência da proposta do Conselho de Administração de 13 de Outubro de 2006 foram alienados em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios "não Toyota" detidos directa e indirectamente pelo Grupo como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais (ver comunicado ao Mercado de 20 de Novembro de 2006). A referida alienação afectou a comparabilidade das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2007 com o do período homólogo anterior (nota 6). Adicionalmente, aquela alienação gerou uma mais valia no montante de 2.283.793 Euros, a qual se encontra registada na Demonstração consolidada dos resultados na rubrica resultados de operações descontinuadas.

Por outro lado, de acordo com as demonstrações financeiras consolidadas da Empresa em 31 de Dezembro de 2006, os activos e passivos que constituíram as operações em descontinuação ("disposal group") podem ser resumidas como segue:

| | |
|--|------------|
| Activos não correntes detidos para venda | 69.497.466 |
| Passivos associados a activos não correntes detidos para venda | 46.736.398 |

As acções da Toyota Caetano estão cotadas na Euronext Lisboa desde Outubro de 1987.

Em 30 de Junho de 2007, as Empresas que constituem o Grupo Toyota Caetano, suas respectivas sedes e abreviaturas utilizadas, são como segue:

| Empresas | Sede |
|---|-----------------------------|
| Com sede em Portugal: | |
| Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Empresa-mãe") | Vila Nova de Gaia |
| Saltano – Investimentos e Gestão, S.G.P.S., S.A. ("Saltano") | Vila Nova de Gaia |
| IPE – Indústria Produtora de Espumas, S.A. ("IPE") | Carvalhos |
| Caetano Renting, S.A. (ex- "Salvador Caetano – Aluguer de Automóveis, S.A.") ("Caetano Rent") | Vila Nova de Gaia |
| Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A. | |
| (ex- "Salvador Caetano - Comércio de Automóveis, S.A.") ("Caetano Auto") | Vila Nova de Gaia |
| Auto Partner SGPS, S.A. ("Auto Partner SGPS") | Vila Nova de Gaia |
| Auto Partner-Comércio de Automóveis, S.A. ("Auto Partner") | Vila Nova de Gaia |
| Auto Partner II-Reparador de Colisão Automóvel, S.A. ("Auto Partner II") | Vila Nova de Gaia |
| Com sede noutros países: | |
| Salvador Caetano (UK), Ltd. ("Salvador Caetano UK") | Leicestershire (Inglaterra) |
| Cabo Verde Motors ("Cabo Verde Motors") | Praia (Cabo Verde) |
| Steia - Sociedade Técnica de Equipamentos Industriais e Acessórios, SARL ("Steia") | Bissau (Guiné-Bissau) |

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 2.2 d).

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As bases de apresentação e as principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS" – anteriormente designadas Normas Internacionais de Contabilidade – "IAS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), em vigor em 1 de Janeiro de 2005.

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – "Relato Financeiro Intercalar".

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

Em 31 de Dezembro de 2006 a IFRS 7 – "Instrumentos financeiros" estava já emitida, mas a sua aplicação apenas é obrigatória para os exercícios com início em ou após 1 de Janeiro de 2007, tendo o Grupo Toyota Caetano optado pela adopção desta Norma na divulgação de informação financeira anual.

Por último, a apresentação das demonstrações financeiras teve em consideração o preceito na Norma Internacional de Relato Financeiro IFRS 5 – "Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas" no que se refere à decisão tomada em 2006 de alienação de todos os negócios "não Toyota", conforme explicitado na Nota Introdutória.

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os princípios de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na

demonstração consolidada dos resultados, na rubrica “Interesses minoritários”. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Nas situações em que os prejuízos atribuíveis aos accionistas minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os accionistas minoritários tenham a obrigação e sejam capazes de cobrir esses prejuízos. Se a filial subseqüentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como uma diferença de consolidação. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício após confirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transacções, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica “Investimentos em empresas associadas”. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um proveito do período na rubrica da demonstração dos resultados “Resultados relativos a empresas associadas”.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objecto de reversão (com excepção para a parcela imputável a diferenças de consolidação).

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

c) Diferenças de consolidação As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e o justo valor dos activos e passivos identificáveis (incluindo os passivos contingentes) dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica “Diferenças de consolidação”, e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica “Investimentos em empresas associadas”, e quando negativas, são registadas como proveitos directamente na demonstração dos resultados.

Em 30 de Junho de 2007 as demonstrações financeiras consolidadas anexas não incluem Diferenças de consolidação.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data do balanço, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial gerada após 1 de Janeiro de 2004 é registada no capital próprio na rubrica “Reservas de conversão”. As diferenças cambiais acumuladas geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Outras reservas”. Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para Euros foram as seguintes:

| | | Câmbio Final Jun-07 | Câmbio Histórico Médio Jun-07 | Câmbio Data Constituição | Câmbio Final 2006 |
|-------------------------|---|------------------------|----------------------------------|-----------------------------|------------------------|
| SC (UK), Ltd. | GBP | 1,48666 | 1,48319 | 1,42645 | 1,49218 |
| Cabo Verde Motors, SARL | CVE | 0,009069 | 0,009069 | 0,009069 | 0,009069 |
| Aplicabilidade | Contas Balanço excepto Capitais Próprios | | Contas de Resultados | Capital Social | Resultados Transitados |

2.3. Principais critérios valorimétricos Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo Toyota Caetano na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

Imobilizações corpóreas As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu “deemed cost”, o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início da utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, numa base anual, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

| | Anos |
|--------------------------------|-------|
| Edifícios e outras construções | 20-50 |
| Equipamento básico | 7-16 |
| Equipamento de transporte | 4-5 |
| Ferramentas e utensílios | 4-14 |
| Equipamento administrativo | 3-14 |
| Taras e vasilhame | 5-11 |

Excepção feita às seguintes empresas:

(i) Caetano Renting, S.A. no que diz respeito ao equipamento de transporte em que se pratica o regime de duodécimos das amortizações a partir do momento em que o bem entra em funcionamento até ao fim da sua vida útil; este tratamento diferenciado deve-se à especificidade do negócio de rent-a-car.

(ii) Caetano Auto – Comércio de Automóveis, S.A. que a partir do exercício de 2004 começou a amortizar por duodécimos as viaturas de serviço adquiridas no ano.

O Conselho de Administração entende que estas excepções não produzem um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no período em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são transferidas para imobilizado corpóreo e amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais” ou “Outros custos operacionais”.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, excepto nas situações em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As imobilizações incorpóreas são amortizadas, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos.

Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a activos imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização são registadas ao custo de aquisição.

Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro e, consequentemente, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o imobilizado corpóreo amortizado de acordo com a vida útil dos bens.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Existências

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado.

Os produtos acabados e intermédios bem como os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra directa, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências.

Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e comparticipações recebidos a fundo perdido, para financiamento de imobilizações corpóreas, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes” sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade dos activos do Grupo à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para activos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros proveitos operacionais”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como custo na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 24).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Instrumentos financeiros

Investimentos

Os investimentos detidos pelo Grupo são classificados como segue:

Investimentos detidos até à maturidade, designados como activos financeiros não derivados com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, e relativamente aos quais existe a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade. Estes investimentos são classificados como Activos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço.

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados (“Investimentos detidos para negociação”), fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos com o objectivo de obtenção de lucros no curto prazo e são classificados como Activos não correntes.

Investimentos disponíveis para venda, designados como todos os restantes investimentos que não sejam considerados como detidos até à maturidade ou mensurados ao justo valor através de resultados, sendo classificados como Activos não correntes.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data de balanço, sem qualquer dedução relativa a custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica “Reservas de justo valor” até ao investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em acções de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da sua data de liquidação financeira.

Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflectam o seu valor presente realizável líquido.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no activo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um proveito diferido, e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Contas a pagar

As contas a pagar que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos financeiros derivados ("Cash-flow hedges") contratados pelo Grupo (essencialmente swaps de taxas de juro), embora tenham o objectivo específico de cobertura de riscos financeiros inerentes ao negócio (risco de variação de taxa de juro), não se enquadram totalmente nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura. Consequentemente, estes instrumentos financeiros são registados ao seu justo valor à data de balanço, sendo as variações desse justo valor reconhecidas directamente na demonstração dos resultados do exercício.

Em 30 de Junho de 2007 não existem quaisquer contractos activos relacionados com Instrumentos derivados.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e seus equivalentes" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Responsabilidades por pensões

O Grupo Toyota Caetano constituiu por escritura pública datada de 29 de Dezembro de 1988 o Fundo de Pensões Salvador Caetano, alterado subsequentemente em 2 de Janeiro de 1994, em 29 de Dezembro de 1995 e em 23 de Dezembro de 2002.

Este Fundo de Pensões constituído prevê, enquanto o Grupo Toyota Caetano mantiver a decisão de realizar contribuições para o referido fundo, que os trabalhadores possam vir a auferir, a partir da data da reforma, um complemento não actualizável, determinado com base numa percentagem do vencimento, entre outras condições. Estes complementos de reforma configuram um plano de benefícios definidos, tendo sido constituído para o efeito um Fundo de pensões autónomo.

A fim de estimar as suas responsabilidades pelo pagamento das referidas prestações, o Grupo segue o procedimento de obter anualmente cálculos actuariais dessas responsabilidades determinadas de acordo com o "Projected Unit Credit Method".

As responsabilidades por pensões reconhecidas à data de balanço representam o valor presente dos benefícios futuros ajustado de ganhos ou perdas actuariais e/ou de responsabilidades por serviços passados não reconhecidas, reduzido do justo valor dos activos líquidos do fundo de pensões (Nota 23).

Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados no Anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados no Anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes" (Notas 14 e 22). Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo. Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos.

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os activos e os passivos por impostos diferidos.

Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados todos os segmentos de negócio e geográficos aplicáveis ao Grupo.

A informação relativa ao rédito ao nível dos segmentos de negócios identificados é incluída na Nota 28.

Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor, deduzido de eventuais custos com a sua venda.

Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respectiva proporção do capital detido em 30 de Junho de 2007 e 31 de Dezembro de 2006, são como segue:

| Empresas | Percentagem de participação efectiva | |
|--|--------------------------------------|--------|
| | Jun-07 | Dez-06 |
| Toyota Caetano Portugal, SA | Empresa Mãe | |
| Saltano - Investimentos e Gestão (SGPS), SA | 99,98% | 99,98% |
| Salvador Caetano (UK), Ltd | 99,82% | 99,82% |
| IPE - Indústria Produtora de Espumas, SA | 99,98% | 99,98% |
| Cabo Verde Motors SARL | 81,24% | 99,99% |
| Caetano Renting, SA | 99,98% | 99,98% |
| Caetano Auto SA | 92,89% | 92,89% |
| Auto Partner SGPS, S.A. | 46,45% | 46,45% |
| Auto Partner - Comércio de Automóveis, S.A. | 46,45% | 46,45% |
| Auto Partner II - Reparador de Colisão Automóvel, S.A. | 46,45% | 46,45% |

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e individuais" (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa – Nota 2.2 a)).

5. EMPRESAS DO GRUPO EXCLUÍDAS DA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo excluídas da consolidação em 30 de Junho de 2007, suas sedes sociais e proporção do capital detido, são as seguintes:

| Empresa | Sede Social | Capital Detido | |
|--|-------------|----------------|----------|
| | | Nominal | Efectivo |
| Steia - Soc. Técn. Equipam. Industriais e Acessórios, SARL | Bissau | 100,00% | 99,99% |

A Steia – Sociedade Técnica de Equipamentos Industriais e Acessórios, S.A.R.L. foi excluída da consolidação, e está registada ao custo de aquisição, deduzido de uma provisão para fazer face ao risco de desvalorização, encontrando-se actualmente inactiva.

6. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação, as quais afetaram a comparabilidade das demonstrações financeiras em 30 de Junho de 2007 com as do período anterior:

Inclusão no perímetro de consolidação

Grupo Auto Partner:

| |
|---|
| Auto Partner, SGPS, S.A. |
| Auto Partner – Comércio de Automóveis, S.A. |
| Auto Partner II, S.A. |

As subsidiárias acima referidas foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício anterior pelo método de equivalência patrimonial, tendo o Conselho de Administração da Empresa decidido passar a consolidar as mesmas de acordo com o método de consolidação integral no exercício de 2007, em virtude de ter uma posição de controlo na gestão daquelas empresas.

Adicionalmente, e conforme descrito na Nota introdutória, foram alienados em 2 de Janeiro de 2007 todos os negócios “não Toyota” detidos directa e indirectamente pelo Grupo como forma de garantir uma cada vez maior concentração de esforços no negócio Toyota, e assim assegurar à marca e em Portugal um crescimento condizente com a notoriedade que já detém ao nível de quase todos os outros mercados mundiais. Esta alienação envolveu as seguintes entidades, que desta forma deixaram de pertencer ao perímetro de consolidação do Grupo Toyota Caetano:

directa da Toyota Caetano Portugal, S.A.:

| |
|-------------------------------------|
| Transcom, SARL |
| Salvador Caetano (Moçambique), SARL |

directa da Saltano, SGPS, S.A.:

| |
|--|
| Salvador Caetano Espanha, S.A. |
| CaetanoBus – Fabricação de Carroçarias, S.A. |
| Portianga – Comércio Internacional e Participações, S.A. |
| Contrac GMBH |
| Global S (SGPS), S.A. |

directa da Cabo Verde Motors, SARL:

| |
|--------------------------------------|
| Indicabo – Veículos Automóveis, Lda. |
| Forcabo – Veículos Automóveis, Lda. |

directa da Salvador Caetano (UK), Ltd:

| |
|-----------------------|
| Reliant Coaches, Ltd. |
| Caetano UK, Ltd. |

directa da Portianga, SA:

| |
|---------------------|
| Robert Hudson, LTD. |
|---------------------|

Activos e Passivos:

| |
|-----------------------------|
| Divisão Fabril do Carregado |
|-----------------------------|

7. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

| Jun 07 | Despesas de Instalação | Despesas de Desenvolvimento | Propriedade Industrial e outros direitos | Trespases | Adiantamentos por c/ Imob. Incorpóreo | Total |
|---|------------------------|-----------------------------|--|-----------|---------------------------------------|------------|
| Activo bruto: | | | | | | |
| Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006 | 142.780 | 4.839.143 | 42.750 | 1.065.053 | 60.430 | 6.150.156 |
| Adições | 7.096 | 34.678 | - | - | 29.726 | 71.500 |
| Alienações | -49.940 | - | - | - | - | -49.940 |
| Variações de perímetro | -630.541 | -2.436.364 | - | - | - | -3.066.905 |
| Transferências e abates | 708.464 | 85.934 | - | - | - | 794.398 |
| Saldo final em 30 de Junho de 2007 | 177.859 | 2.523.391 | 42.750 | 1.065.053 | 90.156 | 3.899.209 |
| Amortizações e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | | |
| Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006 | 31.465 | 4.052.924 | 42.750 | 1.065.053 | - | 5.192.192 |
| Amortização do exercício | 27.373 | 76.890 | - | - | - | 104.263 |
| Alienações, abates e transferências | 558.724 | 51.957 | - | - | - | 610.681 |
| Variações de perímetro | -576.588 | -1.892.841 | - | -29 | - | -2.469.458 |
| Saldo final em 30 de Junho de 2007 | 40.974 | 2.288.930 | 42.750 | 1.065.024 | - | 3.437.678 |
| Valor líquido | 136.885 | 234.461 | - | 29 | 90.156 | 461.531 |

| Jun 06 | Despesas de Instalação | Despesas de Desenvolvimento | Propriedade Industrial e outros direitos | Trespases | Adiantamentos por c/ Imob. Incorpóreo | Total |
|--|------------------------|-----------------------------|--|-----------|---------------------------------------|-----------|
| Activo bruto: | | | | | | |
| Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005 | 71.399 | 4.218.786 | 62.162 | 1.065.053 | 40.200 | 5.457.600 |
| Adições | 2.250 | 358.031 | - | - | - | 360.281 |
| Alienações | -18.456 | - | - | - | - | -18.456 |
| Transferências e abates | -34.959 | 9.222 | - | - | - | -25.737 |
| Saldo final em 30 de Junho de 2006 | 20.234 | 4.586.039 | 62.162 | 1.065.053 | 40.200 | 5.773.688 |
| Amortizações e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | | |
| Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005 | 71.399 | 3.139.321 | 42.750 | 1.065.053 | - | 4.318.523 |
| Amortização do exercício | - | 385.355 | - | - | - | 385.355 |
| Alienações, abates e transferências | -51.165 | 51.996 | - | - | - | 831 |
| Saldo final em 30 de Junho de 2006 | 20.234 | 3.576.672 | 42.750 | 1.065.053 | - | 4.704.709 |
| Valor líquido | - | 1.009.367 | 19.412 | - | 40.200 | 1.068.979 |

8. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, os movimentos ocorridos nas imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

| Jun-07 | Terrenos e Recursos Naturais | Edifícios e Outras Construções | Equipamento Básico | Equipamento de Transporte | Ferramentas e Utensílios | Equipamento Administrativo | Outras Imobilizações Corpóreas | Imobilizações em Curso | Adiantamentos p/ conta imob. Corpóreas | Total |
|--|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------------|------------------------|--|-------------|
| Activo bruto: | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006 | 22.916.966 | 104.002.312 | 59.419.320 | 51.600.853 | 11.289.995 | 8.851.862 | 4.358.687 | 5.265.570 | 164.574 | 267.870.139 |
| Adições | - | 183.165 | 1.076.295 | 17.837.468 | 352.203 | 281.184 | 311.694 | 2.423.046 | 85.000 | 22.550.055 |
| Alienações e abates | - | -290.490 | -10.950.115 | -19.257.125 | -226.472 | -109.839 | -651.574 | -35.583 | - | -31.521.198 |
| Variações de perímetro | -5.804.369 | -11.805.529 | -5.217.780 | -421.008 | -1.808.407 | -557.146 | -411.962 | -1.962.426 | - | -27.988.627 |
| Transferências | 3.030.959 | 880.540 | 688.530 | 837.253 | 722.805 | 410.099 | 69.712 | -1.513.533 | -88.268 | 5.038.097 |
| Saldo final em 30 de Junho de 2007 | 20.143.556 | 92.969.998 | 45.016.250 | 50.597.441 | 10.330.124 | 8.876.160 | 3.676.557 | 4.177.074 | 161.306 | 235.948.466 |
| Amortizações e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2006 | - | 59.917.638 | 40.506.003 | 15.966.217 | 10.322.422 | 7.907.152 | 2.904.612 | - | - | 137.524.044 |
| Amortização do exercício | - | 1.999.020 | 1.008.438 | 5.598.289 | 250.448 | 203.981 | 91.588 | - | - | 9.151.764 |
| Alienações, abates e transferências | - | -223.720 | -4.033.433 | -5.484.057 | 365.600 | 230.760 | -238.442 | - | - | -9.383.292 |
| Variações de perímetro | - | -2.396.069 | -2.757.622 | -275.055 | -1.493.798 | -528.971 | -137.464 | - | - | -7.588.979 |
| Saldo final em 30 de Junho de 2007 | - | 59.296.869 | 34.723.386 | 15.805.394 | 9.444.672 | 7.812.922 | 2.620.294 | - | - | 129.703.537 |
| Valor líquido | 20.143.556 | 33.673.129 | 10.292.864 | 34.792.047 | 885.452 | 1.063.238 | 1.056.263 | 4.177.074 | 161.306 | 106.244.929 |

| Jun-06 | Terrenos e Recursos Naturais | Edifícios e Outras Construções | Equipamento Básico | Equipamento de Transporte | Ferramentas e Utensílios | Equipamento Administrativo | Outras Imobilizações Corpóreas | Imobilizações em Curso | Adiantamentos p/ conta imob. Corpóreas | Total |
|--|------------------------------|--------------------------------|--------------------|---------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------------|------------------------|--|-------------|
| Activo bruto: | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005 | 27.905.332 | 109.261.976 | 53.891.780 | 43.033.851 | 10.643.691 | 8.799.717 | 4.101.079 | 5.778.286 | 395.650 | 263.811.362 |
| Adições | - | 528.619 | 2.333.656 | 20.318.408 | 434.104 | 147.240 | 129.749 | 1.581.747 | 249.650 | 25.723.173 |
| Alienações e abates | -24.940 | -791.323 | -135.157 | -10.253.895 | -49.203 | -128.326 | -103.170 | - | - | -11.486.014 |
| Transferências | -3.264.344 | -4.072.465 | 687.271 | 547.054 | -73.834 | -131.686 | 43.480 | -2.335.171 | -306.150 | -8.905.845 |
| Saldo final em 30 de Junho de 2006 | 24.616.048 | 104.926.807 | 56.777.550 | 53.645.418 | 10.954.758 | 8.686.945 | 4.171.138 | 5.024.862 | 339.150 | 269.142.676 |
| Amortizações e perdas por imparidade acumuladas: | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial em 31 de Dezembro de 2005 | - | 59.568.417 | 37.557.197 | 13.976.061 | 9.729.952 | 7.733.128 | 2.656.917 | - | - | 131.221.672 |
| Amortização do exercício | - | 2.272.353 | 1.669.963 | 5.041.526 | 360.620 | 240.160 | 139.323 | - | - | 9.723.945 |
| Alienações, abates e transferências | - | -2.636.041 | -229.794 | -3.153.907 | -105.079 | -257.435 | -54.595 | - | - | -6.436.851 |
| Saldo final em 30 de Junho de 2006 | - | 59.204.729 | 38.997.366 | 15.863.680 | 9.985.493 | 7.715.853 | 2.741.645 | - | - | 134.508.766 |
| Valor líquido | 24.616.048 | 45.722.078 | 17.780.184 | 37.781.738 | 969.265 | 971.092 | 1.429.493 | 5.024.862 | 339.150 | 134.633.910 |

9. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 30 de Junho de 2007 a rubrica “Propriedades de investimento” corresponde a activos imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respectivo arrendamento ou para valorização. Estes activos encontram-se registados ao custo de aquisição.

Os proveitos associados às Propriedades de investimento encontram-se registados na rubrica “Proveitos financeiros” e ascenderam a 381.519 Euros no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 (Nota 31).

Adicionalmente, de acordo com avaliações externas actuais, efectuadas por entidades especializadas independentes, e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, o justo valor daquelas propriedades de investimento ascende a, aproximadamente, 14,4 milhões de Euros.

10. INVESTIMENTOS

Em 30 de Junho de 2007 e 2006 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

| NÃO CORRENTES | Jun-07 | Jun-06 |
|---|------------|------------|
| Investimentos em empresas associadas | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 1.098.968 | 2.691.701 |
| Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial ao resultado líquido do exercício | - | 321.353 |
| Alienações durante o semestre | -1.098.968 | -450.788 |
| Saldo em 30 de Junho | - | 2.562.266 |
| Investimentos disponíveis para venda | | |
| Justo valor em 1 de Janeiro | 16.967.025 | 12.774.764 |
| Aumento/(diminuição) no justo valor | 4.099.830 | 3.039.480 |
| Outras regularizações | -4.534 | |
| Saldo em 30 de Junho | 21.062.321 | 15.814.244 |

Os “Investimentos disponíveis para venda” incluem o montante de 19.798.213 Euros correspondente a acções de sociedades cotadas na Euronext Lisboa, estando as mesmas registadas ao seu justo valor, por contrapartida de capitais próprios. Os restantes “Investimentos disponíveis para venda” representam investimentos de reduzida dimensão em empresas não cotadas, sendo que o Conselho de Administração entende que o valor líquido pelo qual se encontram contabilizados se aproxima do seu justo valor.

Adicionalmente, o efeito no capital próprio no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 decorrente do registo dos investimentos disponíveis para venda ao seu justo valor pode ser resumido como segue:

| | |
|------------------------------------|-------------|
| Aumento no justo valor | 4.099.830 |
| Imposto diferido passivo (Nota 15) | (1.086.455) |
| | 3.013.375 |

11. EXISTÊNCIAS

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | Jun-07 | Jun-06 |
|--|-------------|-------------|
| Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo | 14.594.248 | 13.589.089 |
| Produtos e Trabalhos em Curso | 7.279.634 | 13.049.209 |
| Produtos Acabados e Intermédios | 4.020.734 | 10.933.556 |
| Mercadorias | 78.295.788 | 79.459.616 |
| | 104.190.404 | 117.031.470 |
| Perdas de imparidade acumuladas em existências (Nota 24) | -2.328.905 | -6.821.861 |
| | 101.861.499 | 110.209.609 |

O custo das vendas, nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 foi apurado como segue:

| | Jun-07 | | | Jun-06 | | |
|----------------------|-------------|--|-------------|-------------|--|-------------|
| | Mercadorias | Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo | Total | Mercadorias | Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo | Total |
| Existências Iniciais | 78.255.060 | 19.531.478 | 97.786.538 | 79.239.858 | 17.020.992 | 96.260.850 |
| Compras Líquidas | 186.475.492 | 32.326.911 | 218.802.403 | 174.982.887 | 43.723.132 | 218.706.019 |
| Existências Finais | 78.295.788 | 14.594.248 | 92.890.036 | 79.459.616 | 13.589.089 | 93.048.705 |
| Total | 186.434.764 | 37.264.141 | 223.698.905 | 174.763.129 | 47.155.035 | 221.918.164 |

A variação da produção nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 ascendeu a 537.092 e 4.097.429 Euros, respectivamente, e foi apurada como segue:

| | Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso | |
|------------------------------|--|------------|
| | Jun-07 | Jun-06 |
| Existências finais | 11.300.368 | 23.982.765 |
| Regularização de existências | 10.340.932 | 1.171.956 |
| Existências iniciais | 21.104.208 | 21.057.292 |
| Total | 537.092 | 4.097.429 |

A “Regularização de existências” inclui essencialmente o efeito da variação de perímetro derivada das alienações de participações referida na Nota Introdutória.

12. CLIENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | ACTIVOS CORRENTES | | ACTIVOS NÃO CORRENTES | |
|---|-------------------|-------------|-----------------------|------------|
| | Jun-07 | Jun-06 | Jun-07 | Jun-06 |
| Cientes, conta corrente | 85.208.753 | 82.876.768 | 5.887.902 | 2.661.483 |
| Cientes, letras a receber | 143.671 | 203.416 | - | - |
| Cientes cobrança duvidosa | 10.916.141 | 13.529.911 | - | - |
| | 96.268.565 | 96.610.095 | 5.887.902 | 2.661.483 |
| Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 24) | -11.336.737 | -15.314.257 | -2.498.141 | -2.498.141 |
| | 84.931.828 | 81.295.838 | 3.389.761 | 163.342 |

As contas a receber de clientes classificadas como activos não correntes incluem o montante de 2.498.141 Euros a receber da filial STEIA, para o qual se encontra registada uma perda por imparidade de 2.498.141 Euros. Adicionalmente, esta rubrica inclui o montante de 2.265.388 Euros a receber de clientes da subsidiária Caetano Auto no âmbito de acordos de pagamento de dívidas em prestações (cujos prazos variam entre 1 e 6 anos).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível antes de mais às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no Balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. O Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

13. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | ACTIVOS CORRENTES | | ACTIVOS NÃO CORRENTES | |
|---------------------------------|-------------------|-----------|-----------------------|-----------|
| | Jun-07 | Jun-06 | Jun-07 | Jun-06 |
| Empréstimos Empresas Associadas | - | 2.237.339 | - | - |
| Outras Empresas | - | - | 1.111.072 | 1.111.072 |
| Adiantam. a fornecedores | 1.098.502 | 424.078 | - | - |
| Estado e outros entes públicos | 685.778 | 2.937.208 | - | - |
| Outros devedores | 10.352.578 | 3.307.063 | - | - |
| | 12.136.858 | 8.905.688 | 1.111.072 | 1.111.072 |

A rubrica "Outras Empresas" é integralmente constituída por um empréstimo de longo prazo concedido à participada GE Capital, o qual não vence juros.

Adicionalmente, o montante incluído na rubrica "Outros devedores" em 30 de Junho de 2007 tem o seguinte detalhe:

| | |
|--|------------|
| F.S., SGPS, S.A. (Grupo Fernando Simão) | 2.000.000 |
| Empresas relacionadas pertencentes à "Parceria Auto Partner" | 4.478.966 |
| Outros | 3.873.612 |
| | 10.352.578 |

14. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | Jun-07 | Jun-06 |
|--|-----------|-----------|
| Acréscimos de proveitos | | |
| Reclamações de Garantia | 517.145 | 808.927 |
| Rendas | 228.323 | 1.172.844 |
| Seguros | 174.157 | |
| Bónus de fornecedores | 165.600 | |
| Subsídios à formação | 153.401 | 26.700 |
| Comparticipação em Frotas e Campanhas | 73.045 | 716.957 |
| Juros | 57.047 | |
| Consultoria | | 172.500 |
| Outros | 201.042 | 489.669 |
| | 1.569.760 | 3.387.597 |
| Custos diferidos | | |
| Fundo Imobiliário | 1.472.058 | |
| Juros | 554.633 | 420.052 |
| Fundo de Pensões | 351.395 | |
| Custos oficiais | 246.180 | 431.551 |
| Seguros | 150.323 | 171.484 |
| Rendas | 68.556 | |
| Garantias | 37.948 | |
| Licenças Informáticas/Aluguer de equipamento | 14.190 | 16.055 |
| Outros | 225.935 | 713.250 |
| | 3.121.218 | 1.752.392 |
| Total | 4.690.978 | 5.139.989 |

15. IMPOSTOS E IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos montantes e natureza dos activos e passivos por impostos diferidos registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas em 30 de Junho de 2007, podem ser resumidos como segue:

| | Dez-06 | Outras variações | Impacto em Resultados | Impacto em Capitais Próprios | Jun-07 |
|---|-------------|------------------|-----------------------|------------------------------|-------------|
| Impostos diferidos activos: | | | | | |
| Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais | 1.133.346 | - | 179.530 | - | 1.312.876 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 145.449 | 235.562 | - | - | 381.011 |
| Responsabilidades por pensões (Nota 23) | 772.739 | 66.397 | - | - | 839.136 |
| Efeito da conversão para os IFRS: | | | | | |
| Anulação de imobilizações | 391.592 | (4.953) | (24.249) | - | 362.390 |
| Anulação de custos diferidos | 79.965 | (10.891) | 12.407 | - | 81.481 |
| Valorização de instrumentos derivados | 6.093 | (6.093) | (3.446) | - | (3.446) |
| Provisões para gratificações | - | - | 258.375 | - | 258.375 |
| | 2.529.184 | 280.022 | 422.617 | - | 3.231.823 |
| Passivos por impostos diferidos : | | | | | |
| Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres | (1.360.193) | - | 18.864 | - | (1.341.329) |
| Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações | (697.974) | - | 79.994 | - | (617.980) |
| Custos a reconhecer no futuro que não serão aceites fiscalmente | (301.159) | - | 19.550 | - | (281.609) |
| Mais valia fiscal de acordo nº7 Artº7 Lei 30/G 2000 | (55.006) | - | 3.056 | - | (51.950) |
| Efeito da conversão para os IFRS: | | | | | |
| Imputação do justo valor de investimentos financeiros (Nota 10) | (2.608.493) | - | - | (1.086.455) | (3.694.948) |
| | (5.022.825) | - | 121.464 | (1.086.455) | (5.987.816) |
| Efeito líquido | | 280.022 | 544.081 | (1.086.455) | |

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 30 de Junho de 2007, as empresas do Grupo que tinham prejuízos fiscais reportáveis relativamente aos quais foram registados activos por impostos diferidos eram como segue:

| Com limite de data de utilização: | Prejuízo fiscal | Impostos diferidos activos | Data limite de utilização |
|--|-----------------|----------------------------|---------------------------|
| Gerados em 2002 | | | |
| - IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A. | 581.796 | 145.449 | 2008 |
| Gerados em 2005 | | | |
| - Auto Partner SGPS SA | 69.055 | 17.264 | 2011 |
| - Auto Partner II, SA | 481.169 | 120.292 | 2011 |
| Gerados em 2006 | | | |
| - Auto Partner SGPS SA | 3.785 | 946 | 2012 |
| - Auto Partner II, SA | 388.237 | 97.059 | |
| | 1.524.042 | 381.011 | |

Adicionalmente, em 30 de Junho de 2007 as seguintes empresas do Grupo tinham prejuízos fiscais reportáveis os quais, numa óptica de prudência, não foram considerados no cálculo dos activos por impostos diferidos:

| | Jun-07 | Data limite de utilização |
|--|-----------|---------------------------|
| Gerados em 2003: | | |
| - IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A. | 65.744 | 2009 |
| Gerados em 2004: | | |
| - IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A. | 641.587 | 2010 |
| Gerados em 2005: | | |
| - IPE - Indústria Produtora de Espumas, S.A. | 866.017 | 2011 |
| | 1.573.348 | |

Em 30 de Junho de 2007 e 2006 as taxas de imposto utilizadas para apuramento dos activos e passivos por impostos diferidos foram as seguintes:

| | Taxa de imposto | |
|------------------------|-----------------|------------|
| País origem da filial: | 30.06.2007 | 30.06.2006 |
| Portugal | 26,5%/25% | 27,5% |
| Cabo Verde | 35,0% | 35,0% |
| Inglaterra | 30,0% | 30,0% |

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Toyota Caetano e empresas do Grupo sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2003 a 2006 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão. As declarações relativas à Segurança Social podem ser revistas ao longo de um prazo de dez anos até ao ano de 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2002. O Conselho de Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspecção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas. Nos termos do artigo 81º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

16. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 30 de Junho de 2007 e 2006 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

| | Jun-07 | Jun-06 |
|----------------------|------------|------------|
| Numerário | 231.654 | 381.380 |
| Depósitos bancários | 10.122.785 | 10.006.950 |
| Equivalentes a Caixa | 10.180 | 12.891 |
| | 10.364.619 | 10.401.221 |

17. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 30 de Junho de 2007 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 35.000.000 acções ao portador, totalmente subscritas e realizadas, de valor nominal de 1 Euro cada. A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

| | |
|---------------------------------------|--------|
| - Grupo Salvador Caetano – SGPS, S.A. | 60,00% |
| - Toyota Motor Europe NV/SA | 27,00% |

18. INTERESSES MINORITÁRIOS

O movimento desta rubrica durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 foi como segue:

| | Jun-07 | Jun-06 |
|---|-----------|-----------|
| Saldo inicial em 1 de Janeiro | 4.285.575 | 3.238.297 |
| Variação resultante da cobertura de instrumentos financeiros | 10.574 | 2.974 |
| Variação resultante de anulação de imobilizações | 20.831 | - |
| Variação resultante de anulação de custos diferidos | 7.608 | - |
| Variação resultante da variação cambial | - | -1.476 |
| Outros | 29.176 | 16.966 |
| Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários | -8.660 | 176.269 |
| | 4.345.104 | 3.433.030 |

19. EMPRÉSTIMOS

Em 30 de Junho de 2007 e 2006 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

| | Jun-07 | | | Jun-06 | | |
|---------------------------|------------|--------------|-------------|-------------|--------------|-------------|
| | Corrente | Não Corrente | TOTAL | Corrente | Não Corrente | TOTAL |
| Empréstimos Bancários | 93.090.725 | 8.000.000 | 101.090.725 | 117.300.297 | 19.313.085 | 136.613.382 |
| Descobertos Bancários | 1.042.873 | - | 1.042.873 | 9.065.273 | - | 9.065.273 |
| Empréstimo Obrigacionista | - | - | - | 3.750.000 | - | 3.750.000 |
| | 94.133.598 | 8.000.000 | 102.133.598 | 130.115.570 | 19.313.085 | 149.428.655 |

A rubrica “Empréstimos bancários” classificada como não corrente diz respeito inteiramente a um Programa de Papel Comercial, com um prazo de 5 anos (até 31 de Março de 2011), sendo intenção do Conselho de Administração manter a utilização deste empréstimo no médio/longo prazo.

20. FORNECEDORES

Em 30 de Junho de 2007 e 2006 esta rubrica era composta apenas por saldos correntes a pagar a fornecedores.

21. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 30 de Junho de 2007 e 2006 esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | Jun-07 | Jun-06 |
|---|------------|------------|
| Estado e outros Entes Públicos: | | |
| Retenção de impostos sobre o Rendimento | 807.134 | 1.005.066 |
| Imposto sobre o Valor Acrescentado | 10.081.569 | 8.433.232 |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (imposto estimado) | 3.515.207 | 1.631.051 |
| Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (pagamentos por conta e ret. fonte) | -671.567 | -890.418 |
| Imposto Automóvel | 6.548.861 | 5.712.350 |
| Direitos aduaneiros | 851.797 | 722.069 |
| Contribuições para a Segurança Social | 1.038.184 | 1.202.819 |
| Outros | 267.153 | 432.117 |
| | 22.438.339 | 18.248.286 |
| Accionistas | 39.428 | 36.953 |
| Adiantamentos de Clientes | 503.270 | 707.749 |
| Fornecedores de Imobilizado, conta-corrente | 864.210 | 483.575 |
| Outros Credores | 4.010.495 | 2.251.816 |
| | 27.855.742 | 21.728.379 |

Em 30 de Junho de 2007 a rubrica “Outros credores” inclui o montante de 1.237.339 Euros a pagar à F.S. SGPS, S.A., holding do Grupo Fernando Simão.

22. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 30 de Junho de 2007 e 2006 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

| | Jun-07 | Jun-06 |
|---|-------------------|-------------------|
| Acréscimos de custos | | |
| Encargos com férias e subsídios de férias | 8.299.930 | 10.706.419 |
| Antecipação encargos com FSE's | 1.731.475 | |
| Campanhas publicitárias e promoção vendas | 1.393.461 | 1.366.270 |
| Custeios antecipados | 1.218.372 | 1.299.962 |
| Reclamações de garantia | 1.017.782 | 808.046 |
| Comissões a liquidar | 445.305 | |
| Juros a liquidar | 390.390 | 502.860 |
| Imposto Automóvel de viaturas vendidas e não matriculadas | 185.293 | 1.742.884 |
| Seguros a liquidar | 172.359 | 46.319 |
| Trabalhos especializados | 167.955 | |
| Outros | 1.573.716 | 4.407.734 |
| | 16.596.038 | 20.880.494 |
| Proveitos diferidos | | |
| Valor recebido (POE) | 543.225 | 16.977 |
| Juros debitados a clientes | 259.274 | 173.131 |
| Rappel | 13.717 | 11.473 |
| Outros | 1.029.851 | 511.625 |
| | 1.846.097 | 713.206 |
| Total | 18.442.135 | 21.593.700 |

23. RESPONSABILIDADES POR PENSÕES

De acordo com o estudo actuarial realizado pela sociedade gestora do Fundo reportado 31 de Dezembro de 2006 as responsabilidades do mesmo ascendem a 38,7 milhões de Euros, as quais se encontram cobertas pelo valor patrimonial do Fundo (aproximadamente 33,3 milhões de Euros em 31 de Dezembro de 2006) e pelo valor registado na rubrica do balanço “Responsabilidades por pensões” no montante de 3,9 milhões de Euros. Os pressupostos actuariais utilizados pela sociedade gestora incluem, o método de cálculo “Projected Unit Credit”, as Tábuas de Mortalidade e invalidez TV 88/90 e SuisseRe, respectivamente, bem como taxas de crescimento salarial, de pensões e de desconto de 2%, 0% e 5%, respectivamente.

Adicionalmente, durante o primeiro semestre de 2007 foi criada uma dotação para reforço do Fundo em apreço, que ascendeu a um montante de, aproximadamente 646 milhares de Euros, a qual se encontra registada na rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal”.

Gostaríamos no entanto salientar que, face à conjuntura económica que se vive actualmente, e às responsabilidades crescentes que uma estrutura fundiária como a nossa acarreta para o conjunto de empresas que o compõem, foi em 19 de Dezembro de 2006 solicitado à Entidade Gestora do Fundo de Pensões Salvador Caetano (ESAF – Espírito Santo Fundo de Pensões, S.A.) que encetasse junto do ISP-Instituto de Seguros de Portugal as necessárias demarches tendo em vista alterar o Plano de Benefícios por forma a que o Fundo de Pensões Salvador Caetano passasse de um plano de “benefício definido” a um plano de “contribuição definida”, entre outras alterações.

Mais se informa que, no caso de esta pretensão do conjunto de Associados do fundo não puder ser aceite por razões de ordem legal ou outras, não restará outra alternativa que não seja a liquidação do Fundo de Pensões Salvador Caetano nos termos constantes e definidos no seu Contrato Constitutivo.

Face ao acima referido, o Conselho de Administração da Toyota Caetano entendeu não proceder ao reforço adicional do Fundo de Pensões (através de dotações ou reforço de provisões) até ao montante das responsabilidades totais por serviços passados, uma vez que o nível mínimo de financiamento se encontra coberto.

24. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante o período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 foi o seguinte:

| | Saldos iniciais | Aumentos | Utilizações e Diminuições | Variações de Perímetro | Outras regularizações | Saldos Finais |
|---|-----------------|-----------|---------------------------|------------------------|-----------------------|---------------|
| Perdas de imparidade acumuladas investimentos | 1.141.702 | | -760.275 | | | 381.427 |
| Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber | 13.828.477 | | | 6.401 | | 13.834.878 |
| Perdas de imparidade acumuladas em existências | 5.023.768 | 488.235 | -10.597 | 29.828 | -3.202.329 | 2.328.905 |
| Provisões | 1.960.090 | 1.652.473 | -1.340.000 | | | 2.272.563 |

Dos aumentos de provisões ocorridos no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, o montante de 975.000 Euros foi registado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados “Custos com o pessoal”, tendo o restante sido registado por contrapartida da rubrica da demonstração dos resultados “Provisões e perdas por imparidade”.

Em 30 de Junho de 2007, o detalhe da rubrica “Provisões” é como se segue:

| | |
|---------------------------------|-----------|
| Gratificações aos colaboradores | 1.535.000 |
| Contingências fiscais | 737.563 |
| | 2.272.563 |

25. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLuíDOS NO BALANÇO CONSOLIDADO

Em 30 de Junho de 2007, o Grupo Toyota Caetano tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

| Responsabilidades | Jun-07 |
|------------------------|------------|
| Por Letras Descontadas | 14.524 |
| Por Créditos Abertos | 183.544 |
| Por Fianças Prestadas | 17.889.781 |
| | 18.087.849 |

26. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006 são detalhados como segue:

| | Jun-07 | Jun-06 |
|---------------------------|-----------|-----------|
| Imposto corrente | 3.515.206 | 1.631.051 |
| Imposto diferido (Nota15) | (544.081) | (115.391) |
| | 2.971.125 | 1.515.660 |

27. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

| Resultados | Jun-07 | Jun-06 |
|---|------------|------------|
| Básico | 7.929.142 | 3.998.728 |
| Diluído | 7.929.142 | 3.998.728 |
| Número de acções | 35.000.000 | 35.000.000 |
| Resultados por acção (básico e diluído) | 0,227 | 0,114 |

28. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

No período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007 o detalhe do relato por segmentos foi o seguinte:

APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS (Euros)

| Por Negócio Industrial e Não Industrial | Industrial | | Não Industrial | | Eliminações | Consolidado |
|---|------------------|-----------------|------------------|-----------------|--------------|-------------|
| | Mercado Nacional | Mercado Externo | Mercado Nacional | Mercado Externo | | |
| RÉDITOS | | | | | | |
| Vendas externas | 36.593.164 | 19.193.249 | 344.423.117 | 14.946.587 | -128.359.862 | 286.796.255 |
| Réditos Totais | 36.593.164 | 19.193.249 | 344.423.117 | 14.946.587 | -128.359.862 | 286.796.255 |
| RESULTADOS | | | | | | |
| Resultados segmentais e inter-segmentais | -3.203.599 | 1.883.792 | 16.543.599 | 1.331.118 | -1.313.284 | 15.241.626 |
| Gastos da empresa não imputados | 34.841.211 | 21.519.354 | 350.899.939 | 13.927.045 | -129.623.329 | 291.564.220 |
| Resultados Operacionais | -1.451.646 | -442.313 | 10.066.777 | 2.350.660 | -49.817 | 10.473.661 |
| Custos - juros | 736.402 | 134.133 | 1.721.866 | 72.290 | -16.675 | 2.648.016 |
| Proveitos - juros | 5.223 | | 832.796 | | -47.190 | 790.829 |
| Impostos s/ os lucros | 1.717 | | 3.241.089 | 543.200 | -814.881 | 2.971.125 |
| Resultados de actividades ordinárias | -2.184.542 | -576.446 | 5.936.618 | 1.735.170 | 734.549 | 5.645.349 |
| Resultado de operações descontinuadas | 2.283.793 | | | | | 2.283.793 |
| Resultado líquido com Interesses Minoritários | 99.251 | -576.446 | 5.936.618 | 1.735.170 | 734.549 | 7.929.142 |
| OUTRAS INFORMAÇÕES | | | | | | |
| Activos do segmento | 118.724.320 | | 171.731.749 | 3.641.236 | -55.415.277 | 238.682.029 |
| Activos da empresa não imputados | 49.065.355 | | 138.348.607 | 5.424.451 | -74.092.545 | 118.745.867 |
| Activos totais consolidados | 167.789.675 | | 310.080.356 | 9.065.687 | -129.507.821 | 357.427.896 |
| Passivo da empresa não imputados | 92.549.959 | | 197.076.738 | 1.877.856 | -77.066.345 | 214.438.208 |
| Passivos totais consolidados | 92.549.959 | | 197.076.738 | 1.877.856 | -77.066.345 | 214.438.208 |
| Dispêndios de capital fixo | 240.185 | | 1.805.963 | -102.805 | -14.405 | 1.928.938 |
| Depreciações | 5.586.749 | | 2.052.698 | 73.020 | 1.682.772 | 9.395.239 |

O segmento industrial inclui as operações de aluguer de automóveis sem condutor, tendo em conta o Decreto Lei nº 28/74 de 31 de Janeiro que assim considera aquele regime de exploração.

No segmento não industrial encontra-se essencialmente reflectida a actividade de importação, distribuição e comercialização de viaturas automóveis e peças.

29. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os períodos de seis meses findos em Junho de 2007 e 2006, o número médio de pessoal foi o seguinte:

| Pessoal | Jun-07 | Jun-06 |
|--------------|--------|--------|
| Empregados | 1.470 | 1.923 |
| Assalariados | 644 | 1.013 |
| | 2.114 | 2.936 |

A diminuição do número médio de pessoal deve-se essencialmente à variação de perímetro referida na Nota Introdutória, relacionada com a alienação da actividade “não Toyota”.

30. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ACTIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, nos períodos de seis meses findos em 30 de Junho de 2007 e 2006, foi como segue:

| | Jun-07 | | Jun-06 | |
|-----------------|-------------|---------|-------------|---------|
| Mercado | Valor | % | Valor | % |
| Nacional | 258.506.260 | 90,14% | 226.788.357 | 78,69% |
| Alemanha | 774.526 | 0,27% | 11.682.990 | 4,05% |
| Reino Unido | 534.383 | 0,19% | 16.506.640 | 5,73% |
| Espanha | 846.465 | 0,30% | 2.160.157 | 0,75% |
| Outros Mercados | 26.134.621 | 9,11% | 31.050.568 | 10,77% |
| | 286.796.255 | 100,00% | 288.188.712 | 100,00% |

Adicionalmente, a repartição das vendas e prestação de serviços por actividade é como segue:

| | Jun-07 | | Jun-06 | |
|------------|-------------|---------|-------------|---------|
| Actividade | Valor | % | Valor | % |
| Veículos | 241.625.478 | 84,25% | 228.968.171 | 79,45% |
| Peças | 27.577.039 | 9,62% | 25.955.318 | 9,01% |
| Reparações | 8.802.438 | 3,07% | 22.635.428 | 7,85% |
| Outros | 8.791.300 | 3,07% | 10.629.795 | 3,69% |
| | 286.796.255 | 100,00% | 288.188.712 | 100,00% |

31. DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS FINANCEIROS

Em 30 de Junho de 2007 e 2006, os resultados financeiros consolidados têm a seguinte composição:

| Custos e Perdas | Jun-07 | Jun-06 |
|---|-------------|-------------|
| Juros Suportados | 2.408.247 | 3.933.423 |
| Perdas na alienação de aplicações de tesouraria | 6.248 | - |
| Outros custos e perdas financeiros | 233.521 | 635.658 |
| Resultados financeiros | (1.857.187) | (3.641.801) |
| | 790.829 | 927.280 |
| Proveitos e Ganhos | Jun-07 | Jun-06 |
| Juros Obtidos | 408.614 | 216.594 |
| Rendimentos de Imóveis | 381.519 | 385.766 |
| Ganhos de Participações de capital relativamente a associadas | | 321.353 |
| Outros Proveitos e Ganhos Financeiros | 696 | 3.567 |
| | 790.829 | 927.280 |

32. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Liquidações de Impostos:

Face às decisões favoráveis obtidas nos processos de impugnação judicial, referentes às liquidações adicionais em sede de IRC e referentes aos exercícios de 1995 e 1996, continua-se a esperar para breve a recuperação do remanescente das liquidações adicionais pagas e reconhecidas como custos em exercícios anteriores, acrescidas dos respectivos juros compensatórios.

Simultaneamente, em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 1997, 1998 e 1999, encontram-se reclamadas as notas de liquidação adicionais em sede de IRC, ainda que pagas, no valor de Euros 1.769.511, dado a Empresa entender existirem razões legais válidas para estas contestações.

Em relação à fiscalização efectuada aos exercícios de 2001 e 2002 recebeu-se no período de seis meses findo em 30 de Junho de 2007, coimas no montante de 90.000 Euros, para as quais tinha sido constituída em períodos anteriores uma provisão (Nota 24).

33. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais na empresa Mãe no primeiro semestre de 2007 foram como segue:

| Órgãos Sociais | Valor |
|---------------------------|---------|
| Conselho de Administração | 304.612 |

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 14 de Setembro de 2007.

35. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adopta as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objectivo de cumprir com a legislação vigente.

36. VEÍCULOS EM FIM DE VIDA

Em Setembro de 2000, a Comissão Europeia votou uma directiva respeitante aos veículos em fim de vida e a correspondente responsabilidade dos Produtores/Distribuidores pelo seu desmantelamento e reciclagem.

Os Produtores/Distribuidores terão, segundo este normativo, que suportar no mínimo uma parte significativa do custo de retoma dos veículos, colocados no mercado a partir de 1 de Julho de 2002 bem como, para os comercializados anteriormente a esta data quando apresentados a partir de 1 Janeiro de 2007.

Esta legislação terá impacto nos veículos Toyota vendidos em Portugal. A Toyota Caetano e a sua representada Toyota, estão a monitorar atentamente o desenvolvimento da Legislação Nacional Portuguesa de forma a, em devido tempo, poderem quantificar o impacto destas operações nas suas demonstrações financeiras.

É no entanto nossa convicção, face aos estudos já elaborados sobre o mercado português, e atendendo à possível valorização dos resíduos resultantes do desmantelamento dos veículos em causa, que o impacto efectivo desta legislação nas contas da Empresa será diminuto senão nulo.

Entretanto e para cumprimento da legislação introduzida no normativo nacional (Dec./Lei 196/2003), a Empresa concretizou a contratualização com a “ValorCar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.” – Empresa licenciada como entidade gestora do sistema integrado de gestão de VFV – a transferência das responsabilidades inerentes a todo este processo.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

(Euros)

| | Jun-07 | Jun-06 | |
|---|--------------|--------------|-------------|
| ACTIVIDADES OPERACIONAIS | | | |
| Recebimentos de Clientes | 327 744 197 | 519 642 306 | |
| Pagamentos a Fornecedores | -271 814 061 | -457 285 229 | |
| Pagamentos ao Pessoal | -20 556 785 | -27 869 336 | |
| Fluxo gerado pelas Operações | 35 373 351 | 34 487 741 | |
| Pagamento do Imposto sobre o Rendimento | -1 131 638 | -1 394 216 | |
| Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à Actividade Operacional | -36 156 636 | -33 636 439 | |
| Fluxo das Actividades Operacionais | -1 914 923 | -542 914 | |
| ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Imobilizações Financeiras | 14 836 277 | | |
| Imobilizações Corpóreas | 8 695 952 | 4 174 446 | |
| Subsídios de Investimento | | | |
| Juros e Proveitos Similares | 486 569 | 455 166 | |
| Dividendos | 363 090 | 24 381 888 | 4 903 316 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Imobilizações Corpóreas | -7 245 628 | -10 633 979 | |
| Imobilizações Incorpóreas | -86 529 | -8 361 189 | -10 850 099 |
| Fluxo das Actividades de Investimento | 16 020 699 | -5 946 783 | |
| ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos Obtidos | 229 031 | 229 031 | 20 588 000 |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos Obtidos | -13 683 854 | -12 947 822 | |
| Amortização de Contratos de Locação Financeira | -79 147 | -45 973 | |
| Juros e Custos Similares | -2 445 397 | -3 530 554 | |
| Dividendos | -5 937 614 | -22 146 012 | -20 030 340 |
| Fluxo das Actividades de Financiamento | -21 916 981 | 557 660 | |
| CAIXA E EQUIVALENTES | | | |
| Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período | 18 175 825 | 16 333 258 | |
| Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período | 10 364 619 | 10 401 221 | |
| Variação de Caixa e Seus Equivalentes | -7 811 205 | -5 932 037 | |

O Técnico de Contas: Alberto Luís Lema Mandim.

O Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis Da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata; Alain Uyttenhoven; Maria Angelina Martins Caetano Ramos; Salvador Acácio Martins Caetano; Ana Maria Martins Caetano.

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA ELABORADO POR AUDITOR REGISTADO NA CMVM SOBRE INFORMAÇÃO SEMESTRAL CONSOLIDADA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2007, da Toyota Caetano Portugal, S.A. ("Empresa"), incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço consolidado (que evidencia um total de 357.427.896 Euros e capitais próprios, incluindo interesses minoritários, de 142.989.688 Euros, incluindo um resultado líquido de 7.937.802 Euros), na Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, na Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e na Demonstração das alterações no capital próprio do semestre findo naquela data e no correspondente Anexo.

2. As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos da Empresa e suas subsidiárias, posteriormente ajustadas com as quantias, ainda sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho.

RESPONSABILIDADES

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de informação financeira consolidada que apresente de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS / IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia, e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva, lícita e em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório de segurança moderada, profissional e independente, sobre essa informação financeira, baseado no nosso trabalho.

ÂMBITO

5. O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, foi planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu, principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira; e (v) se, para os aspectos materialmente relevantes, a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, em conformidade com o exigido pelo Código dos Valores Mobiliários.

6. O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7. Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente relatório de revisão limitada sobre a informação semestral.

PARECER

8. Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira consolidada do semestre findo em 30 de Junho de 2007 referida no parágrafo 1 acima da Toyota Caetano Portugal, S.A. não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 5 acima, que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 14 de Setembro de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

CORPOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral: Manuel de Oliveira Marques - Presidente; José Lourenço Abreu Teixeira – Vice-Presidente; Manuel Fernando Monteiro da Silva – 1º Secretário; Maria Olívia Almeida Madureira – 2º Secretário.

Conselho de Administração: Salvador Fernandes Caetano – Presidente; José Reis da Silva Ramos – Vice-Presidente; Tetsuo Agata – Vogal; Alain Uyttenhoven - Vogal; Maria Angelina Martins Caetano Ramos – Vogal; Salvador Acácio Martins Caetano – Vogal; Ana Maria Martins Caetano – Vogal; Hirooki Fujiwara – Suplente.

Revisor Oficial de Contas: Jorge Manuel Araújo de Beja Neves em representação de Deloitte & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA.; Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro - Suplente

Conselho Fiscal: Dr. José Jorge Abreu Fernandes Soares - Presidente; Dr. Manuel António de Azevedo Carvalho em representação de Azevedo Carvalho e Associados, Sociedade de Advogados - Vogal; Dr. António Maia Pimpão em representação de António Pimpão & Maximino Mota, SROC – Vogal; Fernando Sousa Matos Pires - Suplente

INFORMAÇÃO GERAL

SEDE E UNIDADE FABRIL DE GAIA

Av. Vasco da Gama, 1410
4431-956 Vila Nova de Gaia
Tel.: 22 786 7000 - Fax: 22 786 7215

UNIDADE FABRIL DE OVAR

Olho Marinho
3885-100 Arada
Tel.: 256 790 000 - Fax: 256 790 005

Data de constituição: 4 de Julho de 1946
N.I.P.C. 500 239 037
Conservatório do Registo Comercial de Vila Nova de Gaia
Capital Social: EURO 35 000 000
Admitida à cotação a totalidade do Capital Social na Bolsa de Valores de Lisboa